



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA CLASSE AGUILHADA
ESCOLA DO CAMPO

SÃO SEBASTIÃO- DF

2024



*“A sociedade, e cada meio social particular,
determinam o ideal que a educação realiza”.*

Émile Durkheim

Escola Classe Aguilhada

Escola do Campo

INEP: 53012070

BR 251, km 32, Núcleo Rural Aguilhada São Sebastião-DF

CEP: 71699-899

Tel: 3101 8884

Site: <http://saosebastiao.se.df.gov.br/escolaaguilhada>

E-mails

escolaaguilhada@gmail.com

ecaguilhada@edu.se.df.gov.br

53012070@se.df.gov.br

aguilhada@outlook.com

Equipe Gestora

Diretor: Claudio Fernandes Pimenta

Vice-Diretor: Felipe Alves Rodrigues Marinho

Supervisora: Priscilene Chagas Martins

Chefe de Secretaria: Eliane Gomes da Silva

Sumário

SUMÁRIO	4
APRESENTAÇÃO	6
HISTORICIDADE	7
DIAGNÓSTICO DA REALIDADE	10
FUNÇÃO SOCIAL	11
EDUCAÇÃO DO CAMPO	12
CONCEPÇÃO DE CAMPO E DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	13
TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	14
A EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA OS SUJEITOS DO CAMPO	14
OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E A SUA DIVERSIDADE	16
EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS DESAFIOS	16
CONVERSANDO SOBRE O INVENTÁRIO DA ESCOLA DO CAMPO	18
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	21
METAS DE ALFABETIZAÇÃO DA ESCOLA CLASSE AGUILHADA	24
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	25
ATUAÇÃO DE EQUIPES ESPECIALIZADAS E OUTROS PROFISSIONAIS	26
FUNÇÃO DA COORDENADORA PEDAGÓGICA LOCAL	26
PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	27
APOIO À APRENDIZAGEM (PEDAGOGA / EEEA)	29

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS	40
ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO	41
CONSELHO DE CLASSE	44
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	44
SALA DE AULA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA A DIVERSIDADE	46
PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	47
GESTÃO PEDAGÓGICA E GESTÃO DE PESSOAS	49
GESTÃO FINANCEIRA	50
GESTÃO ADMINISTRATIVA	50
GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS	51
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA	52
APÊNDICE	56
INVENTÁRIO DA ESCOLA DO CAMPO	56
PROGRAMAS E/OU PROJETOS GENÉRICOS	80
PROJETO DE LEITURA: CAIXA DE HISTÓRIAS	80
ALFALETRANDO	82
PLANO DE AÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (OE)	82
PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESPAÇOS PARA APRENDIZAGENS SUSTENTÁVEIS	86
PROJETO INTERVENTIVO: RESGATE DAS APRENDIZAGENS	95
PROJETO PROMOVENDO A CULTURA DA PAZ	97
PROGRAMA SUPERAÇÃO: ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE IDADE/ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	99

Apresentação

A Escola Classe Aguilhada — Escola do Campo —, integrante da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, Localizada na BR 251, Rodovia Brasília/Unaí, entrada no km 32, CEP:71693-994, zona rural da cidade de São Sebastião-DF, pode atender algumas demandas no telefone 3101 - 8884 e nos e-mails a seguir:

— escolaaguilhada@gmail.com;

— ecaguilhada@edu.se.df.gov.br;

— 53012070@se.df.gov.br

Com o intuito de promover a igualdade entre os indivíduos, a escola inclusiva busca constantemente traçar e avaliar estratégias que possibilitem o pleno exercício da cidadania, a convivência em sociedade e no campo, além de fornecer as bases necessárias para a continuidade dos estudos.

Portanto, o objetivo deste Projeto Político Pedagógico é guiar o trabalho da instituição educacional neste ano de 2024 e estará sujeito a revisões periódicas para atender às necessidades dos diferentes momentos.

A elaboração deste documento foi embasada nos resultados de reuniões, encontros, debates e conversas realizadas no início deste ano e em anos anteriores com a comunidade escolar.

No ano de 2023, as reuniões com esse propósito foram realizadas bimestralmente durante as reuniões com os pais, nas Assembleias da Unidade Executora nos dias temáticos letivos, de acordo com o calendário da SEDF. Neste ano, será seguido o mesmo critério.

É importante ressaltar que a construção desse projeto deriva do desejo de criar espaços de socialização, transformação da realidade, inclusão, disseminação de conhecimento e cidadania. Sua elaboração foi pautada na convivência, reflexão compartilhada e iniciativas criativas idealizadas por toda a comunidade escolar e local.

As estratégias metodológicas propostas para as ações pedagógicas têm como objetivo viabilizar alternativas que auxiliem os esforços para melhorar a qualidade de vida da comunidade, por meio de uma preparação afetiva e intelectual que permita a assimilação de todo o conhecimento necessário para o desenvolvimento da cidadania de cada indivíduo.

A base legal deste Projeto Político Pedagógico (PPP) encontra-se na lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e no Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Historicidade

Fundada por meio da Resolução nº 6262/98–CD/FEDF e autorizada pela portaria nº 098 – SEE/DF de 17/05/2000, a Escola Classe Aguilhada iniciou suas atividades em 27 de abril de 1998. Atualmente, atende turmas de Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental I.

Como estratégia para promover as aprendizagens por meio de reagrupamentos e proporcionar um trabalho mais coletivo entre os professores, a escola optou em organizar as turmas de Alfabetização (Bloco I) num único turno, bem como as de Educação Infantil e o Bloco II, conforme tabela abaixo.

TURNOS MATUTINOS	TURNOS VESPERTINOS
1º ANO	1º PERÍODO (ED. Infantil)
2º ANO A	2º PERÍODO (ED. Infantil) - II
2º ANO B	4º ANO
3º ANO A - II	5º ANO A - CCI
3º ANO B	5º ANO B

Atualmente, a Instituição conta com um total de onze professores regentes, sendo: dez professores de Atividades e um de Educação Física, do Projeto Educação com Movimento (PECM). Destes, 05 (cinco) são Efetivos e 06 (seis) são professores Substitutos. Além disso, dispomos também de outros profissionais das carreiras do Magistério, da Assistência à Educação, Terceirizados e outros, sendo: um Diretor; um Vice-Diretor; uma Chefe de Secretaria (Carreira Assistência); uma Monitora (Carreira Assistência); uma Supervisora; uma Coordenadora Local; uma Orientadora Educacional; uma Pedagoga da Equipe de Apoio à Aprendizagem; uma Educadora Social Voluntária; quatro vigilantes em regime de escala; três merendeiras; seis agentes de limpeza e conservação, além de dois motoristas e duas monitoras da empresa que atende o Transporte Escolar.

Em relação à estrutura física, a escola possui cinco salas de aula, uma sala de leitura, dois banheiros para os estudantes, dois banheiros para os funcionários, uma sala para os professores, uma secretaria, uma sala para a direção, uma cozinha, uma despensa, um pequeno depósito para materiais diversos, uma quadra poliesportiva sem cobertura, uma sala para a Orientação Educacional e Equipe de Apoio, um refeitório, um pequeno pátio interno, uma área aberta ao redor da escola (delimitada por cercas de arame farpado das chácaras vizinhas), um estacionamento interno e um parquinho com aproximadamente 100m².

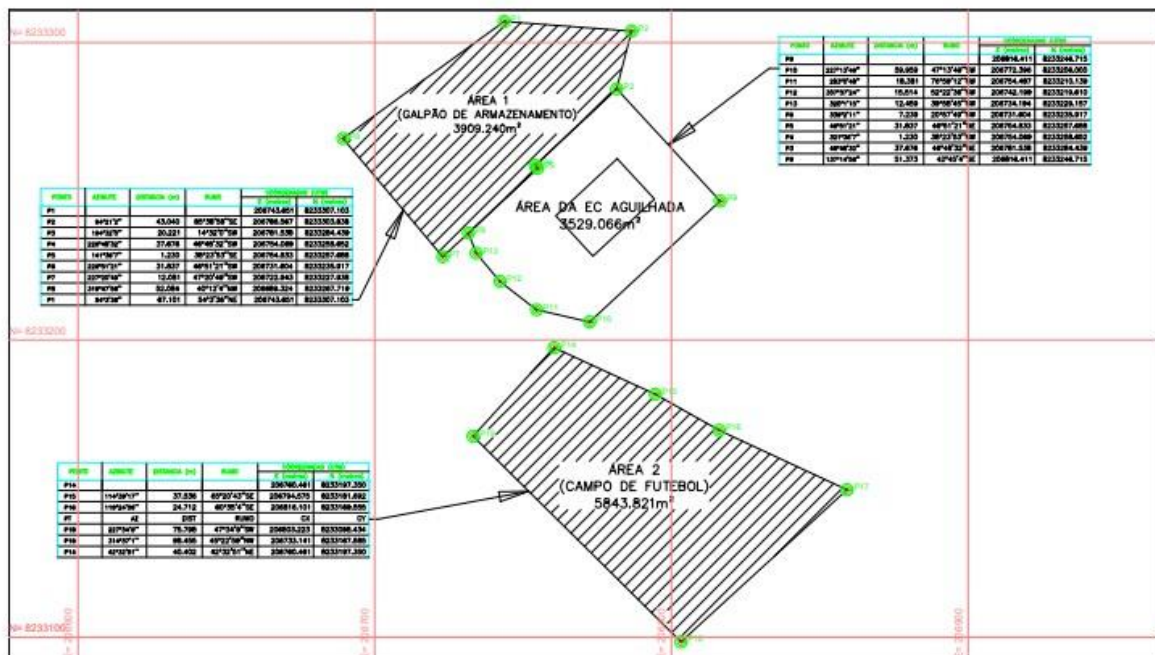
Além disso, a escola também dispõe uma área destinada ao projeto de Educação Ambiental, composta por:

- Uma sala de aula aberta (sem paredes);
- Um meliponário com viveiro de plantas;
- Um espaço para agrofloresta;

- Um espaço para horta “tradicional”, panc’s e ervas medicinais;
- Dois tanques de ferrocimento para captação das águas das chuvas, criação de peixes e irrigação por gravidade da horta escolar;
- Jardins e espaços para a circulação de pessoas e materiais.

No dia 07/08/2020 foi solicitado pela Direção da Escola, por meio do ofício nº 02 constante no processo SEI nº 00080-00147020/2020-15, a ampliação da área da escola, dentro do Projeto de Assentamento da Poligonal Pinheiral conduzido pela SEAGRI – Secretaria da Agricultura do Distrito Federal.

Neste contexto, a área original da Instituição de Ensino com 3529,066 m² está sendo acrescida de duas outras áreas vizinhas (uma com 3909,240 m² e outra com 5843,821 m²) totalizando 13.282,127 m², conforme mapa topográfico abaixo.



Atualmente, a Escola possui um sistema de telefonia fixa que foi instalado no início do ano de 2024. Antes disso, não tínhamos acesso a redes de telecomunicações devido à dificuldade de sinal, e a equipe da instituição arcava com os custos da linha

de internet e telefone usando recursos próprios. No entanto, mesmo com esse benefício este ano, é importante destacar que a linha de internet fornecida só atende à secretaria da escola e o sinal cai constantemente. Portanto, os funcionários precisam manter uma linha alternativa custeada por eles mesmos para garantir o bom funcionamento da instituição, já que todos os sistemas da Secretaria de Educação funcionam online.

A administração das verbas governamentais destinadas à escola é de responsabilidade do Caixa Escolar da Escola Aguilhada, uma organização sem fins lucrativos. O número de CNPJ desta entidade é 04.075.312/0001-07 e ela está localizada dentro das instalações da escola. Isso ocorre porque seu presidente, que também é o diretor da escola, e outros membros estão presentes de forma mais constante no ambiente escolar.

Diagnóstico da Realidade

A clientela atendida é constituída por estudantes oriundos de famílias de baixa renda, residentes na zona rural, e na grande maioria filhos de assalariados que trabalham na zona urbana. Muitas residências estão em assentamentos ou acampamentos (invasões) recentes ou criados há algum tempo na região. Algumas chácaras distam até 35 km da escola.

Algumas famílias aparentam ter grandes dificuldades financeiras por questões de desemprego ou subemprego e dependem, em alguns casos, de doações da comunidade ou programas governamentais como, por exemplo, o Programa Bolsa Família.

Tal realidade traz reflexos para o desempenho (e comportamento) do estudante, uma vez que as dificuldades impostas pelo sistema social afetam o lado emocional dos indivíduos e, principalmente, se estes forem crianças.

Além disso, pode-se constatar que muitos pais ou responsáveis não são alfabetizados ou mal concluíram as séries iniciais do ensino fundamental. Tal fato

contribui para a dificuldade de acompanhar e/ou apoiar o trabalho do professor e o desenvolvimento do estudante.

Por outro lado, buscando oportunizar vivências culturais para os estudantes, a EC Aguilhada procura na medida do possível organizar passeios pedagógicos para seus estudantes. Durante os passeios pedagógicos os estudantes têm a oportunidade de vivenciar novas experiências, ampliar suas bagagens culturais, além de sistematizar de forma dinâmica os conteúdos desenvolvidos em sala de aula.

Em relação às verbas governamentais, os recursos financeiros destinados à escola têm origens na esfera Federal (PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola) e na esfera Distrital (PDAF - Programa de Descentralização Administrativa e Financeira). Além disso, é possível receber verbas parlamentares (dos Deputados Distritais ou demais legisladores) e doações de qualquer outra pessoa, seja física ou jurídica. Tais recursos são administrados pelo Caixa Escolar (Uex - Unidade Executora vinculada à Escola), com o auxílio e fiscalização do Conselho Escolar e da comunidade.

Todavia, contamos com o apoio, sempre que possível, da Coordenação Regional de Ensino, da Administração de São Sebastião, de outros órgãos públicos que eventualmente colaboram (como, por exemplo, o Ministério Público, a SEAGRI, etc.) e a parceria de alguns comerciantes, que cedem descontos na compra de produtos (ou doam) para a realização de alguns eventos na escola.

Função Social

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) reconhece que a educação é determinada pela sociedade, mas essa determinação é relativa; a educação pode interferir na mesma, contribuindo para a sua transformação. O Currículo proposto pela SEDF, como elemento estruturante das relações sociais que ocorrem na escola, deverá articular-se com esta Proposta Pedagógica, instrumentos que definem caminhos na busca pela qualidade social da educação pública do DF.

A qualidade referenciada nos sujeitos sociais “[...] concebe a escola como centro privilegiado de apropriação do patrimônio cultural historicamente acumulado pela humanidade, espaço de irradiação e de difusão de cultura” (ARAÚJO, 2012, p. 233). Assim a escola passa a ser compreendida como espaço de produção de culturas e não de reprodução de informações, teorias, regras ou competências alinhadas à lógica mercadológica.

A E.C. Aguilhada busca, por meio de uma educação pública de qualidade, investir no diálogo com a comunidade oportunizando momentos e espaços “da” e “para” a comunidade, legitimando os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida de todos. Assim, elaborar a Proposta Pedagógica implica pensar na escola como um polo de indução de intensas trocas culturais e de afirmação de identidades sociais dos diferentes grupos presentes. Pretende, enfim, receber e incorporar saberes próprios da comunidade, resgatando tradições e culturas populares, focalizando assim a importância da participação da comunidade nos rumos da escola.

A escola, como promotora de ações conjuntas intersetoriais entre os diversos atores sociais, tem por função social viabilizar o direito de aprender dos estudantes perpassando saberes relacionados à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, dentre outros.

Educação do Campo

A Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando no Distrito Federal, assim como no Brasil. Uma política pública pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada. Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo.

A construção das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo é mais um passo importante na afirmação da educação como um direito universal, pois vem auxiliar o professor a reorganizar a sua prática educativa, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando assim um sentimento de pertencimento das crianças e adolescentes, que vão ter na escola um trabalho educativo com sentido em suas vidas. A intenção é que as Diretrizes possam motivar os professores na observação e apropriação da riqueza que o campo brasileiro oferece à ampliação dos conhecimentos escolares.

Concepção de campo e de educação do campo

É importante fazer uma distinção dos termos “rural” e “campo”. A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas.

A concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência.

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante mão de obra dos membros da família, cultura e valores. Princípios esses que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam as festas comunitárias e de celebração da colheita e o vínculo com uma rotina de trabalho.

A identidade dos povos do campo comporta categorias sociais como posseiros, boias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sitiantes.

A identidade sociocultural é dada pelo conceito de cultura. Schelling (1991) traz uma definição de cultura como práxis que pode ser útil à educação do campo. Para a autora, a capacidade do homem de se transformar e ser transformado são uma característica humano genérica (estruturar e ser estruturado) e essa capacidade está na base do conceito de cultura como práxis, por meio da qual:

[...] o homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma. Essa transformação ocorre em dois níveis: em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como ser da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também no nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social (SCHELLING, 1991, p.32).

Trajetórias da Educação do Campo

Um dos desafios desse século é o de superar as contradições sociais, especialmente nos países com alto grau de concentração de renda e desigualdade. A fome, a miséria, a exclusão, a exploração são condições que exigem projetos políticos nacionais e internacionais de enfrentamento para sua superação.

Nesse contexto, é preciso pensar a educação do campo, que esteve à margem das políticas educacionais, uma vez que, da ótica oficial, a educação não era necessária aos povos trabalhadores da terra.

Por fim, a Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião, com as Escolas do Campo de todo o Distrito Federal, discutem e repensam sobre o conceito de educação “no” e “para” o campo, empregando grande empenho para a elaboração de propostas de políticas públicas.

A Educação do Campo para os sujeitos do campo

Sabemos que nos últimos anos o cenário educacional brasileiro passou a ser ocupado por sujeitos coletivos que não haviam ainda protagonizado este espaço: os movimentos sociais do campo. Esses sujeitos coletivos, a partir de suas lutas sociais e de suas práticas educativas, articulados nacionalmente no Movimento de Educação do Campo, têm sido capazes de, com suas ações, interrogar e apresentar alternativas ao projeto hegemônico de desenvolvimento rural, às tradicionais escolas rurais e aos processos de formação de educadores.

No entanto, as principais questões que devem ser transformadas para que as escolas do campo atuem de acordo com os princípios do Movimento referem-se a:

- Formulação e execução de um projeto de educação integrado com um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora;
- Garantia da articulação político-pedagógica entre escola e comunidade a partir do acesso ao conhecimento científico;
- Vinculação dos processos de ensino/aprendizagem com a realidade social e as condições de reprodução material dos educandos.

Esse processo nacionalmente se reconhece como Movimento de Educação do Campo que tem como enfrentamento vários desafios. Sua novidade se refere principalmente ao protagonismo de sujeitos que não haviam antes ocupado a cena educacional brasileira: os trabalhadores rurais.

Em função dessa intrínseca vinculação, a Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manterem essa identidade como elementos essenciais de seu processo formativo. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte dessas lutas.

Quanto aos educadores pode-se afirmar que:

- Na maioria das vezes, não possuem formação continuada adequada para o ensino no campo;

— A rotatividade é grande, muitas vezes devido ao distanciamento dos recursos existentes no meio urbano e às condições precárias das estradas rurais.

Os sujeitos da Educação do Campo e a sua diversidade

Um desafio está posto à educação do campo: considerar a cultura dos povos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos.

Entender o campo como um modo de vida social contribui para auto afirmar a identidade dos povos do campo, para valorizar o seu trabalho, a sua história, o seu jeito de ser, os seus conhecimentos, a sua relação com a natureza e como ser da natureza. Trata-se de uma valorização que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história.

Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam: assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, pequenos proprietários, vileiros rurais, povos das florestas, etnias indígenas, comunidades negras rurais, quilombos, pescadores, ribeirinhos e outros mais. Entre estes, há os que estão vinculados a alguma forma de organização popular, outros não. São diferentes gerações, etnias, gêneros, crenças e diferentes modos de trabalhar, de viver, de se organizar, de resolver os problemas, de lutar, de ver o mundo e de resistir no campo.

Educação do Campo e seus desafios

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, onde os maiores e principais desafios é de garantir o direito de uma educação NO e DO campo, assegurando que esses povos sejam educados no lugar onde vivem e sendo participantes do processo de construção da proposta educativa,

que se deve a partir de sua própria história, cultura e necessidades. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Os desafios são muitos e as reflexões e as ações que precisam acontecer não cessam. Todavia, acreditamos que a partir da nossa prática e nossas lutas vai se construindo, simultaneamente ao seu desenvolvimento, uma nova concepção de escola. O movimento desencadeado pelos sujeitos coletivos de direito do campo interroga a tradicional escola rural na sua forma de ensinar, de lidar com o conhecimento, de tratar as relações sociais que dentro dela ocorrem, de recusar vínculos com a comunidade que está ao seu redor.

O movimento da Educação do Campo, durante sua trajetória, no Distrito Federal, à medida que cresce e se estende a partir da prática de diferentes sujeitos coletivos, vai impondo novas questões não só aos espaços escolares nos quais se desenvolve, mas também às instituições que formam os educadores que lá atuarão.

E por fim, considerando todo o teor aqui explanado e as reflexões aqui apresentadas, cabe destacar alguns desafios da Educação no Campo no Distrito Federal:

- Aprovar os marcos legais da Educação do Campo;
- Ampliar e reformar todas as escolas do campo do DF;
- Formar grupos de trabalho visando a elaboração de livros didáticos e materiais didático-pedagógicos com conteúdo camponeses locais;
- Incluir, nas escolas do campo, a temática camponesa de forma expressiva, na Semana de Educação para a Vida;
- Construir mais escolas de Ensino Médio/Profissionalizante em regiões como a Aguilhada, por exemplo;
- Garantir a Formação Continuada para os profissionais da Educação do Campo;

- Assegurar transporte escolar adequado à realidade do campo;
- Participar de cursos de Especialização em Educação do Campo, em parceria EAPE/UnB;

Assim sendo, cabe ao Distrito Federal elaborar sua Política Pública em consonância com os marcos legais, considerando a constituição histórica da relação entre urbano e rural no Brasil e as especificidades do território desta unidade da Federação.

CONVERSANDO SOBRE O INVENTÁRIO DA ESCOLA DO CAMPO

As diversas modalidades de ensino da educação do Campo destinam-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção, como salientado acima, o que faz com que o Projeto Político Pedagógico dessa escola seja construído com toda a autonomia, em diálogo com a comunidade escolar e local. O mesmo é elaborado, desenvolvido e avaliado sob as orientações da Educação do Campo, com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo respeitando alguns princípios conforme indica o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal:

- O respeito à diversidade no campo em seus diversos aspectos;

A articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, justo e — sustentável;

- A valorização da identidade da escola do campo;

- Flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às necessidades do meio rural;

- Participação efetiva da comunidade e dos movimentos sociais do campo no controle social da qualidade da educação escolar;

- O desenvolvimento pedagógico e curricular de forma que os saberes e os fazeres do povo camponês constituam referência para a práxis pedagógica;
- A organização do trabalho pedagógico pautada no trabalho como princípio educativo.

O Inventário da Escola e da Comunidade é um caminho para a construção da identidade da escola do campo, que visa produzir conhecimento sobre os domínios da vida social, aos quais são atribuídos sentidos e valores, e que constituem marcos e referências de identidade para um grupo social.

Portanto o objetivo do inventário é produzir conhecimento sobre a comunidade, identificar suas histórias, memórias e saberes, assim como suas lutas, suas formas de organizar e abrir a escola pra outros tempos do viver.

Desse modo, convém destacar que os objetivos primordiais da Educação do Campo, que não devem ser esquecidos, e que são citados no Regimento Escolar da rede Pública de Ensino do Distrito Federal são:

- Reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de Educação de Jovens e Adultos, nas localidades onde vivem e trabalham;
- Fomentar a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental, articulada à promoção do desenvolvimento sustentável do campo;
- Contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, uso da internet e outras tecnologias digitais;

O Inventário da E.C. Aguilhada foi construído gradativamente num processo contínuo de investigação e escuta da comunidade e através dessas informações, com os alunos, constrói-se o conhecimento sobre a comunidade. Conhecimento esse que não se encerra em si mesmo, mas é o ponto de partida para o maior desafio: conectar a escola com a vida, dar sentido ao conhecimento escolar.

Seguem alguns passos essenciais que foram respeitados nessa construção:

— **Levantamento de informações gerais sobre a comunidade:** condições de acesso, energia elétrica, telefone, água, saneamento básico, modalidade de ensino oferecido, número de famílias que vivem na comunidade e etc.

— **Contato com os grupos organizativos da comunidade:** conhecer lideranças e como são escolhidos, em qual periodicidade se encontram, se há interação, conflitos e quais ações positivas, e de que forma a comunidade participa, dentre outros.

— **Pesquisa sobre as famílias:** onde nasceram, quando e porque foram morar na comunidade, se são acampados, assentados, posseiros, proprietários, origem da renda familiar, o que produzem ou criam e o que a família sabe sobre a história da comunidade.

— **Pesquisa sobre a história da comunidade:** registrando data, nome e local de moradia das pessoas ouvidas. Realizando conversa com pessoas que conhecem bem a comunidade para fazer registros importantes como:

A história da comunidade: em que ano e como surgiu, seu processo de constituição, a formação dos grupos ao longo da história...

Como era a região no início e como está agora: em relação aos recursos naturais, vegetação nativa, preservação das margens dos rios, das nascentes e áreas de reserva...

Quais os processos produtivos mais importantes, principais fontes de renda, se há representante da comunidade que faz parte de algum conselho...

Cultura e lazer: quais as formas de manifestações que a comunidade mantém, produz e consome e por quais meios...

Saúde e ambiente: identificar as questões ambientais que tem consequência na saúde da comunidade (agrotóxico, lixo, queimadas, poluição, de nascentes), se a comunidade faz uso de plantas medicinais...

- Consulta de atas e documentos que registram a história, a criação de associações, etc.: o que dizem os documentos, se dizem a mesma

coisa, se a história contada oralmente pelas pessoas é igual a que está escrita...

- **Construção um mapa da comunidade:** indicando a localização aproximada de rios e córregos, área de reserva, chapada, casas ou parcelas, estradas de acesso, escolas, igrejas, etc. Sugere-se a reunião de pessoas da comunidade ou da escola para a construção do mapa, observando a percepção das pessoas sobre a sua comunidade/assentamento.

Os resultados dessa investigação, obtidos por meio da coleta de dados, vem contribuindo para a criação do Inventário da E.C. Aguilhada, o qual tem como objetivo fortalecer ainda mais a relação entre a comunidade e a escola e fornecer uma voz às conquistas já alcançadas e também na busca por novos direitos.

Ao debater e refletir sobre as questões relacionadas à Educação no campo, por meio da coleta de dados e registros do Inventário, amplia-se a discussão e possibilita-se uma nova perspectiva em relação ao campo e aos indivíduos que vivem nele.

Essa dinâmica está sendo construída por pessoas que não aceitam mais que o campo seja considerado um lugar de atraso e discriminação. Elas lutam para transformar o campo em uma oportunidade de vida e de trabalho para muitas pessoas, assim como a cidade também é uma escolha, não necessariamente melhor ou pior, mas simplesmente diferente.

O inventário da Escola Classe Aguilhada encontra-se no apêndice deste documento.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A Escola Classe Aguilhada tem como objetivo primordial proporcionar uma educação de excelência, baseada em três pilares fundamentais: pedagógico, operacional e cognitivo. Comprometida com sua função social, destaca-se como uma instituição inclusiva e promotora de uma educação de qualidade, além de fomentar práticas democráticas tanto na Educação Infantil quanto nos primeiros anos do Ensino

Fundamental.

Ao priorizar as aprendizagens e as relações sociais integradas ao fazer pedagógico, é essencial considerar a inserção social dos alunos e ex-alunos, assim como o desenvolvimento humano. No Projeto Político Pedagógico, o respeito à diversidade é proclamado como um princípio fundamental do currículo, refletindo-se na prática educativa da escola. Este respeito, respaldado pelo princípio da igualdade, é manifestado na relação entre educadores e estudantes em sala de aula, na concepção da educação e nos papéis do educador e do educando no processo de construção do conhecimento.

A organização do trabalho pedagógico pressupõe a ação da escola na elaboração, implementação e avaliação constante do Projeto Político Pedagógico, em diferentes espaços e tempos, incluindo a coordenação pedagógica. É crucial a participação de todos os envolvidos desde a concepção, em que as diretrizes indicam a organização do trabalho pedagógico, considerando o planejamento geral da escola e da aula.

Além das atividades pedagógicas desenvolvidas dentro de sala de aula, também são utilizados espaços externos da escola de acordo com o planejamento pedagógico, incluindo projetos; atividades individuais planejadas pelos professores; recreação dirigida; oficinas pedagógicas; hora cívica e reuniões de pais e da comunidade em geral.

Alguns desses espaços já passaram por algumas melhorias, porém ainda se faz necessário mais investimentos financeiros da SEDF ou de outras fontes, para melhorar ainda mais o que falta e assim contribuir com uma ação pedagógica mais eficiente dos professores.

O planejamento pedagógico é entendido como uma prática de reflexão, diagnóstico e tomada de decisões registradas nos planos de trabalho, de unidade ou de aula. A partir da elaboração, implementação e avaliação coletiva do Projeto Político Pedagógico, com a orientação e coordenação pedagógica, o desafio é organizar o currículo da escola, tendo como referência o Currículo em Movimento da Educação

Básica (SEEDF, 2014), para planejar o trabalho pedagógico dos professores e estudantes.

Para auxiliar na organização curricular, sugere-se o planejamento por unidades didáticas, que podem ser ampliadas e ressignificadas pelos profissionais da educação, de acordo com sua metodologia de trabalho. A integração curricular acontece através de temas, problemas ou questões que surgem no contexto social dos estudantes e profissionais, além dos conteúdos propostos. Os detalhes do planejamento da unidade didática são feitos por meio de diferentes modalidades de organização do trabalho pedagógico.

Organizar o trabalho pedagógico por meio de diferentes modalidades, como sequências e projetos didáticos, proporciona oportunidades de aprendizagem significativas para os estudantes. Diferentes estratégias pedagógicas de intervenção são adotadas para atender às dificuldades específicas de cada estudante, como o Projeto Interventivo e o Reagrupamento. No entanto, devido à pandemia, essas atividades não estão ocorrendo atualmente.

A organização do trabalho pedagógico na E.C. Aguilhada baseia-se no Projeto Político Pedagógico, com ações dos professores em sala de aula e ênfase no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, com o apoio da coordenação pedagógica. O trabalho colaborativo, as interações com compromisso mútuo e a formação continuada são concretizados por meio das ações coletivas e individuais, e pelas intenções pedagógicas declaradas no Projeto Político Pedagógico.

É importante destacar que as quinze horas semanais destinadas à Coordenação Pedagógica permitem a formação continuada do docente, o planejamento e avaliação dos trabalhos pedagógicos, e o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos estudantes, entre outras atividades. O comprometimento dos docentes e a gestão eficiente são essenciais para dinamizar a coordenação pedagógica através do trabalho coletivo.

A atuação da coordenadora pedagógica e da equipe gestora está diretamente relacionada ao ato de ensinar e aprender dos professores, promovendo um trabalho coeso e coletivo entre eles. Além de acompanhar os professores, os coordenadores também promovem o trabalho colaborativo entre eles, rompendo com a fragmentação

e organizando várias ações pedagógicas, como planejamento, intervenção, mediação, acompanhamento e avaliação, entre outras.

METAS DE ALFABETIZAÇÃO DA ESCOLA CLASSE AGUILHADA

Segue abaixo algumas competências e habilidades que as crianças precisam adquirir ao longo do processo de letramento e alfabetização:

Reconhecimento das letras e seus sons: As crianças devem ser capazes de reconhecer as letras do alfabeto, associá-las aos seus sons e compreender a relação entre letras e sons na formação de palavras.	Introduzir 1º Ano	Ampliar 1º Ano	Consolidar 1º Ano
Consciência fonológica: Compreensão das unidades sonoras da fala, como sílabas, rimas, segmentação e fusão de sons, que são fundamentais para o processo de leitura e escrita.	1º Ano	1º Ano	1º Ano
Leitura de palavras: Capacidade de ler e reconhecer palavras, decodificando letras e sons para compreender o significado das palavras.	1º Ano	1º Ano	1º Ano
Compreensão de textos: Habilidade de compreender e interpretar textos simples, identificando informações explícitas, inferindo significados e fazendo conexões com o conhecimento prévio.	1º Ano	2º Ano	3º Ano

Produção textual: Capacidade de escrever textos simples, utilizando corretamente a grafia das palavras, a pontuação e a organização das ideias.	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Fluência na leitura: Leitura fluente e expressiva, com velocidade e compreensão adequadas, permitindo a leitura de textos mais complexos e extensos.	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Escrita autônoma: Capacidade de produzir textos de forma autônoma, expressando ideias de maneira clara, coesa e coerente.	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Habilidades metacognitivas: Capacidade de refletir sobre o próprio processo de leitura e escrita, identificando estratégias eficazes e ajustando o uso dessas estratégias conforme necessário.	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Habilidades de ortografia: Conhecimento e aplicação das regras ortográficas básicas, como acentuação, uso de letras maiúsculas e minúsculas, entre outros.	1º Ano	2º Ano	3º Ano

Conforme apresentado e de acordo com a realidade vivenciada pelos estudantes da Escola Classe Aguilhada, é importante ressaltar que o desenvolvimento dessas habilidades é progressivo e contínuo, e os educadores desempenham um papel fundamental no apoio e no estímulo ao processo de aprendizagem das crianças.

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Orientação Educacional - OE é um serviço de apoio que visa assessorar a equipe diretiva e a coordenação pedagógica, contribuindo na integração da comunidade escolar de forma preventiva e educativa, auxiliando no desenvolvimento integral de seus membros em consonância com os objetivos propostos pelo Projeto

Político Pedagógico -PPP, bem como busca a coerência entre teoria e prática educacional, respeitando os princípios e concepções do Regimento Escolar.

Atua diretamente com os pais, professores e alunos que apresentam dificuldades nas áreas afetiva, cognitiva e social, realizando encaminhamentos/acompanhamentos necessários, juntamente aos órgãos governamentais disponíveis no âmbito Municipal, Estadual e/ou Federal, a depender da situação específica. Dentre os quais destacamos o Conselho Tutelar e o CRAS, na busca de alternativas para minimizar dificuldades pedagógicas, investigando as implicações sociais, cognitivas e emocionais da defasagem de aprendizagem.

Realiza, ainda, acompanhamento sistemático a pais e responsáveis que necessitam de aconselhamento e orientação, procurando manter contato com os mesmos. Bimestralmente participa, com professores, e coordenação pedagógica e equipe diretiva, do Conselho de Classe Participativo, visando encontrar alternativas em conjunto para a solução de problemas de cada turma.

ATUAÇÃO DE EQUIPES ESPECIALIZADAS E OUTROS PROFISSIONAIS

FUNÇÃO DA COORDENADORA PEDAGÓGIA LOCAL

I - Elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Coordenação Pedagógica na unidade escolar;

II - Participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar;

III - Orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular;

IV - Articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática;

V - Divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF;

VI - Estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio

de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;

VII - Divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito da unidade escolar;

VIII - Colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho escolar. Substituir professor ausente imediatamente, atuando como regente de classe, em ausências por afastamentos que não são supridas com substitutos em caráter temporário, mantendo a continuidade do desenvolvimento pedagógico intraclasse.

PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Justificativa

Partindo do pressuposto de que o processo de ensino e aprendizagem necessita de atenção especial, que perpassa por diversas etapas de organização escolar e com base no que determina a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e o Currículo em Movimento do DF, este plano organiza-se com o propósito de subsidiar o desenvolvimento da ação pedagógica e do trabalho didático-pedagógico, buscando propiciar a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o presente plano tem a função de orientar e avaliar todas as atividades do corpo docente, dinamizando, facilitando e esclarecendo a atuação da colaboração pedagógica, junto ao corpo administrativo, docente e discente da Escola Classe Aguilhada.

Objetivo Geral

Promover a qualidade do ensino, acompanhar o desenvolvimento profissional dos docentes e o sucesso educacional dos estudantes.

Metodologia de Trabalho

Realizar um trabalho dinâmico, democrático, cooperador, visando subsidiar a ação pedagógica de acordo com as necessidades apresentadas no momento da avaliação diagnóstica, bem como no decorrer do ano letivo. Acompanhar o desempenho dos estudantes e colaborar com os professores na procura de meios e fins para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, subsidiados nas Teorias Educacionais como forma de organização para atingir os objetivos previstos pelo Projeto Político Pedagógico da escola, procurando obter adesão e colaboração de todos os elementos, desenvolvendo assim, um verdadeiro trabalho de equipe.

Estratégias

1. **Formação Continuada:** Organizar e facilitar encontros de formação para os professores, abordando temas relevantes para a prática pedagógica e o desenvolvimento profissional. Os temas serão definidos ao longo do processo e de acordo com as demandas dos professores, estudantes e equipe gestora.
2. **Acompanhamento Pedagógico:** Realizar observações em sala de aula, feedbacks individualizados e orientações pedagógicas para apoiar o trabalho dos professores e otimizar o processo de ensino-aprendizagem.
3. **Planejamento Pedagógico:** Apoiar os professores na elaboração e execução de planos de aula, projetos interdisciplinares e atividades pedagógicas inovadoras, alinhadas com as diretrizes curriculares.
4. **Avaliação Educacional:** Coletar e analisar dados educacionais, elaborar diagnósticos institucionais e propor ações de melhoria com base em evidências e resultados educacionais.
5. **Mediação de Conflitos:** Atuar como mediador em conflitos escolares, promovendo o diálogo, a resolução pacífica de situações problemáticas e a construção de um ambiente escolar harmonioso e acolhedor.

Recursos Necessários

- Momentos para reuniões e formações;

- Materiais pedagógicos e tecnológicos;
- Espaço adequado para encontros e atividades;
- Colaboração e engajamento da equipe escolar.

Cronograma

- Deverá ser desenvolvido no ano letivo de 2024.
- Definir datas para encontros de formação e acompanhamento.
- Estabelecer prazos para a implementação das ações previstas no plano.

APOIO À APRENDIZAGEM (PEDAGOGA / EEAA)

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem tem como objetivo proporcionar um ensino público de qualidade fundamento compartilhado por todos os profissionais da escola. Desse modo, a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA - atua a fim de viabilizar que a aprendizagem ocorra para todos os estudantes, respeitando o processo e a diversidade de cada sujeito. EEAA é um serviço técnico, especializado, multidisciplinar formada por pedagogo e psicólogo. Atualmente a EEAA da E. C. Aguilhada é composta apenas por uma pedagoga.

Consoante ao Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2015), a forma de atuação da Equipe de Apoio deve ser integrada e fundamentada teórico-metodologicamente na Pedagogia Histórico-crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.

Tal atuação objetiva a superação das dificuldades encontradas no processo de ensino e de aprendizagem, por meio da consideração das múltiplas variáveis que podem interferir no desempenho acadêmico dos alunos, com e sem necessidades educacionais especiais. Deverá ser direcionada para o assessoramento à prática pedagógica e ao acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem em suas perspectivas preventiva, institucional e interventiva, sempre em articulação com as demais instâncias pedagógicas da instituição educacional. (OP, 2010)

A EEAA busca se afastar de uma percepção de atuação centrada no aluno, pautada na prévia ideia de que este traz consigo problemas, distúrbios ou transtornos que demandam tratamento psicológico ou pedagógico, desconsiderando assim, os diversos aspectos do contexto que podem interferir no processo de ensino e de aprendizagem (Araújo, 2003; Barbosa, 2008; Neves, 2001; Penna-Moreira, 2007).

Além disso, a Educação Especial tem sido definida em nosso país segundo uma perspectiva mais ampla que ultrapassa a simples concepção de atendimento especializado tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos.

A atuação da EEAA é pautada em três dimensões: mapeamento institucional da instituição educacional; assessoria ao trabalho coletivo dos professores; acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Essas dimensões possuem caráter avaliativo, assumindo uma abordagem contextualizada, dinâmica, processual e interativa (OP, 2010).

Com base no exposto, a EEAA tem acompanhado e implementado ações – subsidiadas pelos documentos da SEDF - para dirimir os efeitos da pandemia no processo ensino/aprendizagem, de modo a alcançar professores e estudantes, considerando o contexto educacional, social, econômico e familiar da comunidade escolar.

Nesse sentido, uma análise de diversas pesquisas brasileiras identifica tendências que evitam considerar a Educação Especial como um sistema à parte e reforçam o seu caráter interativo na educação geral. Sua ação transversal permeia todos os níveis – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior, bem como as modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

A Educação Especial, no enfoque inclusivista proposto pela LDB, cumpre sua especificidade ao possibilitar aos alunos com necessidades educacionais especiais (ANNE) desenvolver suas competências, ultrapassando os limites de sua situação. Incluir os alunos, desde a Educação Infantil, nas classes regulares e propiciar-lhes suportes especiais para que superem suas limitações tornam-se objetivos explícitos dessa modalidade. Todas as especificidades da Educação Especial são enfocadas como instrumentos para conseguir que cada aluno em particular procure se superar e

desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em sua situação de trabalho que lhe favoreça resgatar a dignidade de vida e o exercício pleno da cidadania.

A Escola Classe Aguilhada não possui uma Sala de Recursos por não ter o quantitativo de estudantes laudados suficientes para que o atendimento seja realizado.

Por outro lado, a Escola possui no seu quadro de funcionários uma pedagoga que tem como principal função subsidiar o trabalho do professor no que se refere às questões de maior complexidade relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem.

PLANO DE AÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO À APRENDIZAGEM 2024

COORDENAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO
PLANO DE AÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO À APRENDIZAGEM 2024

UNIDADE ESCOLAR: Escola Classe Aquilhada Telefone: 3101 8884

Diretor(a): Claudio Fernandes Pimenta Vice-diretor(a): Felipe Alves Rodrigues Marinho

Pedagogo(a) responsável: Kellen P. Candini Bastos Matrícula SEDF: 2413590

<p>SERVIÇOS DE APOIO:</p> <p>() Sala de Recursos</p> <p>(x) Orientação Educacional</p> <p>() Sala de Apoio à Aprendizagem</p> <p>() Outros: _____</p> <p>ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:</p> <p>(x) Educação Infantil – I ciclo</p> <p>(x) Anos Iniciais – II ciclo</p> <p>() Anos Finais – III ciclo</p> <p>() Ensino Médio</p> <p>MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:</p> <p>() Ensino Especial</p> <p>() Educação de Jovens e Adultos</p>	<p>TURMAS/ ESTUDANTES DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR:</p> <p>(x) Matutino – quantitativo de turmas: <u>5</u> quantitativo de estudantes: _____</p> <p>(x) Vespertino – quantitativo de turmas: <u>5</u> quantitativo de estudantes: _____</p> <p>() Noturno – quantitativo de turmas: _____ _____ quantitativo de estudantes: _____</p> <p>Total de turmas <u>10</u> Total de estudantes: _____</p> <p>PROGRAMAS:</p> <p>() Escola que queremos</p> <p>() Escola com Educação Integral</p> <p>(x) Escola com Educação em Movimento</p> <p>() Escola PAEE – Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar</p>
---	---

Eixo: OBSERVAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR					
Ações/demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional	Conhecer o perfil da escola proporcionando uma análise e reflexão do contexto escolar com suas características específicas. Auxiliar e orientar a atuação do SEAA em suas dimensões: pedagógica, administrativa, social, cultural, entre outras, considerando que estas são promotoras de sucesso e/ou de fracasso no âmbito do espaço escolar.	Questionário on-line com os profissionais da escola.	Março/abril	EEAA OE	Revisitação dos objetivos e ações contidas nas Orientações Pedagógicas do SEAA. Retorno/opinião dos profissionais diretamente envolvidos no processo. Autoavaliação dos trabalhos desenvolvidos.
Mapeamento dos estudantes	Identificar e conhecer os estudantes que têm diagnóstico, os que estão em processo	Solicitar as listas das turmas junto a secretaria da escola. Identificar nas listas os	Março, abril	EEAA, Secretária Escolar	

	<p>de avaliação e os que foram encaminhados e estão aguardando. Atualizar e organizar a documentação dos estudantes junto a secretaria e pasta no arquivo do SEAA.</p>	<p>estudantes público alvo do Ensino Especial e os estudantes TFE. Verificar os estudantes em processo de avaliação-PAIQUE que saíram da escola e os que permanecem. Organizar os documentos para entregar na escola sequencial ou outra que estiver sido transferido. Verificar se os estudantes acima citados têm "Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional" e qual a data dele.</p> <p>Ler os relatórios dos estudantes com laudo e atualizar as pastas de todos os estudantes. Organizar arquivo passivo e ativo.</p>			
--	--	---	--	--	--

Eixo: ASSESSORIA AO TRABALHO COLETIVO DOS PROFESSORES					
Ações/demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Coordenações pedagógicas nas Unidades Escolares	<p>Contribuir com conhecimentos especializados acerca dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem.</p> <p>Favorecer a tomada de consciência, por parte dos atores da unidade escolar, acerca de sua história, sua identidade e de suas potencialidades para atuação.</p> <p>Compreender, com profundidade, como trabalham os atores da unidade escolar, o que pensam e como contribuem para sucesso escolar.</p> <p>Promover a manutenção de espaços de reflexão, capazes de favorecer a ressignificação das concepções de desenvolvimento, de aprendizagem, de ensino, de avaliação, dentre outras.</p>	<p>Apresentação do SEAA para professores - Apresentar o PAIQUE e OP do serviço para apropriação dos professores.</p> <p>Participar da construção do Projeto Pedagógico da escola.</p> <p>Participar da semana pedagógica junto à unidade escolar.</p> <p>Colaborar e participar dos dias letivos temáticos</p>	Durante o ano letivo	<p>Port. nº 14, de 11/01/21 Art. 36.</p> <p>Será de responsabilidade da equipe gestora das respectivas UEs/UEEs/ENEs, bem como do Supervisor dos Coordenadores Pedagógicos Locais, como EEA, como Orientação Educacional, planejamento e execução da coordenação pedagógica coletiva da UE/UEE/ENE, sob a supervisão da UNIEB/CR E.</p>	<p>Retorno/opinião dos profissionais diretamente envolvidos no processo de aprendizagem. Autoavaliação dos</p>

Formação continuada para os professores	<p>Contribuir com a formação continuada dos professores.</p> <p>Viabilizar a aquisição de conhecimentos teóricos, o desenvolvimento de habilidades e de recursos para a mobilização de competências, e a construção de conhecimentos que atendam às especificidades do contexto de cada unidade escolar.</p>	<p>Preparar oficinas conforme demandas dos professores.</p> <p><u>Sugestões de temas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação curricular • Estudo de caso • Inclusão • Estratégia de matrícula • Altas Habilidades 	Durante todo o ano letivo	EEAA, OE, Equipe Gestora, corpo docente	trabalhos desenvolvidos. Análise dos resultados.
Intervenções em sala de aula	Sugerir e exemplificar rotinas e intervenções escolares.	Utilizar um momento em sala de aula para trabalhar um determinado assunto.	Durante todo o ano letivo	EEAA, coordenação pedagógica, docente	
Conselho de Classe	Refletir, discutir e avaliar junto aos diversos especialistas envolvidos acerca da aprendizagem dos alunos, do desempenho dos docentes, dos resultados das estratégias de ensino empregadas, da adequação da organização curricular e outros aspectos referentes ao processo ensino – aprendizagem.	Participar dos conselhos de classe. Fazer devolutivas.	Bimestralment e	EEAA, Equipe Gestora, corpo docente, OE	

Eixo: ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA

Ações/demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Reunião com Gestão Escolar	Alinhar as ideias e objetivos a serem alcançados Traçar metas Dividir tarefas Esclarecer papéis	Participar de reuniões Colaborar com as demandas	Durante todo o ano letivo	EEAA, equipe de direção escolar	Revisitação dos objetivos e ações contidas nas Orientações Pedagógicas do SEAA. Retorno/opinião dos profissionais diretamente envolvidos no processo de aprendizagem. Autoavaliação dos trabalhos desenvolvidos. Análise dos resultados.
Reunião com serviços de apoio da unidade escolar	Alinhar as ideias e objetivos a serem alcançados Traçar metas Dividir tarefas Esclarecer papéis	Participar de reuniões Colaborar com as demandas	Durante todo o ano letivo	EEAA/OE	
Reunião SEAA/ UNIEB	Coordenar e alinhar o trabalho desenvolvido com os demais SEAA das outras unidades escolares desta CRE. Contribuir com a troca de experiência. Responder as demandas advindas do nível central por meio da regional. Participar dos momentos de formação.	Participar da Semana Pedagógica do SEAA	Durante todo o ano letivo Semanalmente e 6ª feiras no matutino	Pedagogas, psicólogas do SEAA	
Reuniões Ordinárias (bimestrais de pais e mestres)	Incentivar a participação dos pais na vida escolar dos filhos. Acolher as famílias e as demandas	Participar ativamente da Reunião. Realizar escuta sensível das famílias. Orientar as	Bimestralmente	EEAA, Equipe Gestora, OE Comunidade escolar	

	que apresentarem . Esclarecer sobre assuntos referentes ao processo de ensino – aprendizagem .	famílias. Entrevistar aquelas famílias que não podem comparecer a escolar em outros momentos.			
Reuniões e Extraordinárias; projetos e eventos escolares diversos	Contribuir e participar das atividades coletivas que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem . Contribuir com atividades para o Dia Nacional das Pessoas com Deficiência; Dia de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade	Sugerir temas para orientação e reflexão dos profissionais da instituição escolar. Preparar e compartilhar matérias sobre os temas. Realizar rodas de conversa para explanação dos temas.	Durante todo o ano letivo Datas específicas em: Setembro e Novembro	EEAA, OE, Corpo Docente, Equipe Gestora	

Eixo: INTERVENÇÕES NAS QUEIXAS ESCOLARES - PAIQUE

Ações/demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Observação em sala de aula Entrevista com o professor Entrevista com a família Intervenção com o estudante Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional – RAIE	Promover intervenções no contexto escolar a partir das demandas originadas pelos atores da unidade escolar. Avaliar estudantes com história de multirrepetência, defasagem idade/série,	Utilizar o modelo desenvolvido por Neves (2009) intitulado <i>Procedimentos de Avaliação e Intervenção das Queixas Escolares e</i>	Durante todo o ano letivo	EEAA, equipe gestora, OE, sistema único de saúde, salas de recurso externas	Revisitação dos objetivos e ações contidas nas Orientações Pedagógicas do SEAA. Autoavaliação dos trabalhos desenvolvidos. Análise dos resultados.

	fragmentação do processo de alfabetização, suspeita de necessidades educacionais especiais, dentre outros.	<i>Níveis de Intervenção – PAIQUE</i> , conforme Orientação Pedagógica do SEAA – 2010.			
--	--	--	--	--	--

O Profissional da Sala de leitura (Apoio Pedagógico)

O trabalho realizado na sala de leitura tem como objetivo promover o desenvolvimento do estudante em suas dimensões cognitiva, social e afetiva, contribuindo para sua formação integral.

Atualmente, não contamos com um profissional designado exclusivamente para a sala de leitura. O uso desse espaço fica a critério do professor, seguindo um planejamento prévio elaborado em conjunto com as equipes pedagógica e gestora.

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS

A abordagem de Organização Escolar em Ciclos visa aprimorar a qualidade da educação pública, priorizando as experiências de aprendizagem dos alunos. Sob essa ótica, é crucial considerar a ampliação dos horários, espaços e oportunidades educacionais. No Ensino Fundamental, essa abordagem demonstrou melhorias significativas no fluxo escolar, taxas de rendimento, redução do abandono escolar e no desempenho acadêmico dos estudantes, em comparação com as escolas organizadas no modelo tradicional de seriação.

Esta abordagem prioriza a lógica do processo educacional, adotando uma pedagogia diferenciada fundamentada no trabalho colaborativo, na avaliação diagnóstica e formativa, garantindo o progresso de todos os estudantes matriculados. Além disso, visa transformar o papel da coordenação pedagógica em um espaço de formação contínua, promovendo a democratização do conhecimento.

Independentemente do tipo de organização adotada, os Ciclos tem sido foco de muitas discussões que acarretam avanços e recuos no desenvolvimento das diferentes propostas. No entanto, não se pode deixar de refletir sobre o papel social da escola pública de ensinar a todos os estudantes, o que inclui a rejeição à lógica classificatória de avaliação, presente na

organização escolar seriada. O que tem trazido como consequência a produção de altos índices de reprovação que conduzem à seletividade e à exclusão social e escolar.

Desse modo, ainda que tenham apresentado problemas estruturais e necessidades de ajustes, as experiências têm demonstrado que a organização escolar em ciclos pode contribuir para a superação das dificuldades relacionadas ao desenvolvimento escolar.

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

A Avaliação, na condição de um dos aspectos mais importantes da organização do trabalho pedagógico na escola e da escola, não deve ser apenas contemplada no PPP, mas discutida, repensada e transformada por todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes.

A E.C. Aguilhada promove a reflexão contínua desse importante aspecto do processo educativo, nas coordenações pedagógicas (contra turno da regência) especialmente nas coletivas que acontecem semanalmente às quartas-feiras, nas reuniões de pais, além dos fóruns de debate que fortalece a formação continuada do docente.

A avaliação deve ser o centro da organização do trabalho pedagógico, comprometida com a aprendizagem e o desenvolvimento de todos. Nessa mesma perspectiva a avaliação formativa é imprescindível para o redirecionamento da ação didática do professor, tornando-a reflexiva e sustentada em situações contextualizadas, lúdicas, num diálogo profundo e dinâmico, que contemple a lógica do processo de aprendizagem.

Os resultados da avaliação para as aprendizagens devem ser analisados com a avaliação do trabalho da escola, realizados por todos os sujeitos nela envolvidos (alunos, famílias, coordenação, direção etc.) e com os dados dos exames em larga escala, tornando-se base para o diálogo que constrói caminhos para que, de fato, todos aprendam efetivamente. Desse modo, temos:

Avaliação diagnóstica e para as aprendizagens: identifica o que os estudantes já aprenderam e o que ainda não sabem;

Avaliação institucional (do trabalho pedagógico da escola): é uma autoavaliação realizada por todos os envolvidos no processo educativo, tomando como referência o PPP, podendo acontecer no Conselho de Classe, coordenação pedagógica dentre outros...

Avaliação em larga escala: avalia o desempenho dos estudantes por equipes externas, realizada pelo próprio sistema de ensino e em nível nacional.

Portanto, é importante destacar que dentro desses níveis de avaliação existem várias formas de se avaliar, uma vez que cada um cumpre propósitos diferentes. A avaliação institucional, por exemplo, contribui significativamente para a análise do desempenho dos estudantes e do trabalho desenvolvido, tomando como fontes de informação dados provenientes da avaliação realizada pelos professores nas aulas e resultados dos estudantes e da escola nos exames externos.

É de suma importância a organização do trabalho escolar com base no acompanhamento pedagógico sistemático pelo professor e coordenador pedagógico, como sujeitos imprescindíveis desse processo. Tal acompanhamento consiste em tornar visíveis, por meio de registros, os avanços e as necessidades de cada estudante, de cada turma e da escola como um todo, com o intuito de planejar ações que possibilitem a resolução dos problemas de ensino e de aprendizagem evidenciados por meio do uso de procedimentos e instrumentos, tais como: observação, provas, exercícios, pesquisas, entrevistas e etc. Para que esse acompanhamento tenha melhor abrangência, apresentam-se quatro etapas: diagnóstico, registros, análise e planejamento.

Esse acompanhamento pedagógico sistemático com a participação efetiva dos profissionais envolvidos é entendido como oportunidade de planejamento de ações contínuas e permanentes que permeiam toda a organização do trabalho pedagógico. Nesse contexto, o Conselho de Classe torna-se uma ferramenta indispensável desse acompanhamento pedagógico.

Para avaliar os resultados das estratégias definidas no Projeto Político Pedagógico da E.C. Aguilhada e conforme o cronograma preestabelecido são realizadas reuniões bimestralmente. Neste dia, toda a comunidade escolar faz sua análise sobre estes resultados, para ratificar ou não estas estratégias, reelaborando-as, se for o caso, por meio de sugestões e ideias que direcionem novos passos para um ensino de qualidade.

Diversas estratégias presentes neste Projeto estão distribuídas nos momentos oportunos descritos no cronograma anual (elaborado no início do ano letivo, durante a semana pedagógica e ajustado conforme a demanda ao longo do ano), para atender às necessidades de mudança pertinentes a um processo educacional dinâmico e continuamente inovador.

Entretanto, partindo do calendário escolar para o ano de 2021, as reuniões bimestrais, direcionadas para as avaliações dos resultados estratégicos, poderão também, propiciar um

momento para a reelaboração do cronograma, quando tal ação for necessária para os respectivos ajustes estratégicos.

Nesse sentido, avaliar não se resume apenas a aplicação de provas; também não se confunde com medida, extrapolando a ideia de medir ou comparar. É através da observação e da análise das informações obtidas e registradas por meio das múltiplas ferramentas de avaliação para o planejamento e promoção das intervenções constantes, processo esse que compõe o ato avaliativo.

Nesse sentido, são destaques nas reuniões e fóruns promovidos por essa unidade de ensino, alguns questionamentos: quem avalia, quem é avaliado? O que, como, para quê e de que forma se avalia, o que fazer após a avaliação? Avaliar para medir, punir, comparar, excluir, segregar ou engavetar resultados? Avaliar para analisar, refletir, planejar, reorganizar e se auto avaliar? Avaliar a avaliação e/ou avaliador? São questões consideradas e de destaque nas reuniões e momentos de formação continuada.

É importante que a avaliação do trabalho da escola não seja voltada para a avaliação de pessoas, com ênfase à exclusão, punição ou premiação. Uma avaliação eficiente pode representar uma maneira ética de convidar todos os envolvidos a um diálogo entre si e com a comunidade.

A E.C. Aguilhada busca priorizar a avaliação de todas as instâncias que compõe a organização escolar, sendo pauta constante desse nível da avaliação com o intuito de colocar qualquer ação a serviço das aprendizagens. Por isso, avalia-se o trabalho desenvolvido na sala de PPP leitura, na coordenação pedagógica, na sala de apoio, na orientação educacional, nos projetos didáticos e interventivos. Avalia-se também a qualidade da estrutura física e organizacional da escola os serviços de limpeza e alimentação, no atendimento ao público.

A autoavaliação pela escola realiza-se ao longo do ano letivo, tendo como referência esse através de diversos procedimentos e instrumentos tais como: fichas, questionários, reuniões entre outros. Essa avaliação não é isolada nem burocrática, pois a transparência de seus objetivos e procedimentos precisa tornar evidente o caráter formativo que deve assumir. Não pode pressupor hierarquias demarcadas e solidificadas, pois todos avaliam e são avaliados.

A avaliação institucional ou avaliação do trabalho da escola, é realizada na escola, pela escola, em função dela e por seus próprios atores (LIMA, 2012). Nessa avaliação, deve-se contemplar a análise do trabalho escolar nas dimensões da: gestão pedagógica, gestão das

aprendizagens e dos resultados educacionais, gestão participativa, gestão de pessoas, gestão financeira e gestão administrativa.

Enfim, nessa perspectiva, reiteramos que a avaliação formativa é, sobretudo, a avaliação para as aprendizagens e reflete o compromisso de todos com a construção de uma escola verdadeiramente democrática, pública e de qualidade social.

CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é uma instância de natureza avaliativa e deliberativa, formada por todos os professores, coordenadora, orientadora educacional, pedagoga e equipe de direção, com a finalidade de realizar uma análise global dos estudantes em relação ao trabalho pedagógico desenvolvido, tendo os seguintes objetivos:

Avaliar os aspectos de aproveitamento escolar, disciplinar, interesse e participação dos alunos nas atividades para redimensionar quando necessário;

Identificar alunos que apresentam rendimento escolar superior ou insuficiente, propondo e deliberando atos pertinentes a superação de suas dificuldades;

Propor junto a orientação educacional, coordenação e Direção, a promoção do (s) aluno (s) com capacidade intelectual para série seguinte, em consonância com o Projeto Interventivo previsto nesse projeto.

O Conselho de Classe reúne-se ordinariamente pelo menos uma vez por bimestre, ou quando convocado pela direção. As decisões do Conselho de Classe serão tomadas pela maioria simples de votos, cabendo ao Coordenador o voto de desempate.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular desta instituição de ensino tem como referencial o Currículo em Movimento do Distrito Federal. Ele apresenta uma proposta pautada no trabalho com as diferentes áreas do conhecimento considerando uma ação didática e pedagógica sustentada nos eixos estruturantes (cidadania, diversidade, sustentabilidade e aprendizagens) e nos eixos integradores (alfabetização, letramento e ludicidade), de forma interdisciplinar e contextualizada.

O Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) organiza-se em torno da constituição da educação integral, pois objetiva a formação do ser humano em relação à diversidade e a suas múltiplas dimensões de forma emancipatória. Além disso, a prática didático-pedagógica se sustenta a partir dos eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade, permeando os conteúdos de forma articulada e interdisciplinar.

Os Temas Transversais são contemplados não só nos projetos, mas também perpassam os conteúdos estudados no cotidiano escolar e de acordo com as especificidades de cada componente curricular, assumindo, assim, um caráter flexível. Ressaltamos a importância dos temas transversais como forma de envolver questões raciais, étnicas, de gênero, econômicas, ambientais em todo o trabalho pedagógico.

Para que o currículo seja vivenciado e reconstruído no cotidiano escolar, a organização do trabalho pedagógico da escola é imprescindível. A E.C. Aguilhada utiliza estratégias didático-pedagógicas desafiadoras e provocadoras, levando em conta o planejamento coletivo, bem como o conhecimento prévio dos estudantes, suas hipóteses e estratégias na resolução de problemas apresentados.

Constitui-se como aspectos fundamentais para essa construção o Conselho de Classe participativo, análise das aprendizagens para reorganização da prática docente, formação continuada na escola, coordenação pedagógica como espaço e tempo de trabalho entre outros.

Nesse sentido, o planejamento pedagógico ganha destaque, pois torna-se um orientador da ação docente, refletindo o pensamento, a organização, a ação e coordenação do fazer pedagógico. Tudo isso articulando as atividades escolares às práticas culturais e sociais da escola em consonância com os objetivos, conteúdos, métodos e o processo de avaliação. Os planejamentos, tanto o anual como os demais produzidos ao longo do período, com o planejamento semanal do professor são dinâmicos e flexíveis de modo que são revistos sempre que necessário, atendendo aos imprevistos e aos acontecimentos do cotidiano escolar.

A Escola Classe Aguilhada ressalta em seu planejamento pedagógico, a importância dos eixos integradores uma vez que estes devem articular os conteúdos aos aspectos socioculturais, históricos, afetivos, lúdicos e motores com o propósito de caminhar em direção de uma escola de qualidade social, que democratize saberes ao oportunizar que todos aprendam.

Desta forma, a organização do trabalho pedagógico no BIA e no 2º bloco, são sustentadas por uma didática que provoca o pensamento, envolvendo situações que favorecem o aprendizado, ressignificando o lugar do professor e estudante na sala de aula.

Nesse sentido, os conteúdos representam a possibilidade que o estudante tem de avançar em suas aprendizagens. Essa dinâmica está em consonância com a concepção de currículo integrado e de progressão continuada.

A organização curricular proporciona a discussão e reflexão da prática pedagógica para além da sala de aula, ampliando a toda unidade escolar e sua comunidade, como exercício de planejamento coletivo e de ação concretizadora do PPP.

Por fim, nessa ótica a E.C. Aguilhada considera que o trabalho pedagógico apoia-se na prática social e por meio da mediação, da linguagem e da cultura, onde as aprendizagens ocorrerão na interação do sujeito com o meio e com os outros.

SALA DE AULA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA A DIVERSIDADE

Se existe a necessidade de se falarem inclusão é porque muitos têm sido excluídos, tanto na escola quanto fora dela, em sociedade. Portanto, é importante refletir sobre o que é ser ou estar incluído, ou pensar sobre quem são os excluídos e como as pessoas são excluídas quando se fala em educação. Pois ao falarmos sobre a inclusão no espaço escolar, devemos também nos questionar como faz o pesquisador David Rodrigues (2003): pode a escola se tornar uma ilha de inclusão no mar de exclusão que é a sociedade? Ou seja, pode a escola ser inclusiva numa sociedade que não o é?

Apesar de todas as políticas públicas e o trabalho ostensivo, ainda é comum nas escolas, que documentos que contenham diagnósticos médicos (laudos) sirvam para justificar a falta de ação da escola ou/e do professor em relação ao aluno: isso ocorre quando o professor alega não se sentir preparado para o ensino de alunos com deficiência ou qualquer tipo de necessidade educacional especial. No entanto, casos assim deveriam ser entendidos como ponto de partida para um trabalho de cunho educacional e pedagógico destinados a esses alunos, e não como o final do processo de escolarização para eles.

Garantir tão somente o acesso à escola, não basta, assim como também não é o bastante garantir apenas condições de aprendizagem para todos os estudantes. É necessário mais que isso, pois é urgente a necessidade de discutir como se situa a escola na sociedade e como esta sociedade produz e conduz seus excluídos.

A implementação de políticas públicas de inclusão educacional visa uma educação de qualidade para “todos” os alunos, e para que isso seja refletido na escola em ações efetivas no cotidiano da sala de aula, se faz necessário redobrar os esforços, de todos os sujeitos envolvidos, para que todos os alunos tenham suas diferenças consideradas e respeitadas (e não apagadas) nos processos de ensino e aprendizagem.

É necessário viver a inclusão no dia a dia das salas de aula e não como uma imposição do governo ou escola. Não basta apenas “aceitar” ou tolerar, é fundamental não só respeitar como também considerar as diferenças e a partir delas pensar e planejar uma intervenção pedagógica que contemple as diversidades e peculiaridades de cada aluno, atendendo efetivamente suas reais dificuldades.

Por fim, não é mais aceitável o discurso do “não estamos preparados”. Se isso for verdade, então a questão é: quando estaremos? E o que fazemos enquanto não nos preparamos? É preciso pensar e agir “inclusivamente”.

PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AValiaÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMAS
Administrar, com a participação da Direção e do Conselho Escolar, as verbas recebidas, de forma a atingir o objetivo maior que é a construção de uma escola pública de qualidade, tanto na sua estrutura física como na dimensão pedagógica.	<ul style="list-style-type: none"> -Continuar buscando ferramentas que facilitem o acesso à informação à comunidade escolar; - Manter os laços de afetividade e cooperação entre os funcionários e estudantes; -Promover ações que permitam ao estudante que foi identificado com alguma fragilidade pedagógica, se apropriar dos conteúdos que ainda não dominam; - 	<ul style="list-style-type: none"> -Promover iniciativas culturais que favoreçam o crescimento individual de cada estudante e dessa forma a sua melhor convivência em sociedade. -Permitir atendimento educacional aos alunos que apresentarem baixo rendimento ou alguma necessidade especial. 	Bimestralmente, pretende-se reunir a comunidade escolar para observar o previsto e o que foi feito em relação ao programado neste PPP, o encontro deverá ser na primeira coordenação coletiva de cada bimestre.	Direção, Coordenação, Professores, funcionários da escola, pais e alunos.	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões Bimestrais com a comunidade escolar; Reuniões nas coordenações coletivas com os professores e demais funcionários da escola; Avaliação institucional realizada semestralmente com a comunidade escolar, professores e demais funcionários.

	<p>Aumentar o índice de aprovação; - Contribuir para diminuição dos índices de repetência; - Elevar o índice de desempenho individual da instituição Educacional, pela média do índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB\ MEC;</p>				
--	--	--	--	--	--

Tal Plano de Ação visa orientar o trabalho conjunto de todos os agentes envolvidos no processo educacional da Escola Classe Aguilhada, auxiliando na elaboração de estratégias articuladas para o ano letivo vigente, no intuito de subsidiar todas as ações pedagógicas e administrativas. Ressalta-se que o mesmo favorece os momentos e espaços para o debate, para a construção e reconstrução de projetos, para a formação e para a apropriação dos documentos da SEEDF que norteiam todo o processo de ensino-aprendizagem efetivado na instituição.

O Projeto Político Pedagógico consiste em um conjunto dinâmico de informações, procedimentos e fundamentações que expressam a cultura, as crenças, valores, significados, modos de pensar e agir de todos aqueles que participam dessa dinâmica escolar. Portanto, enquanto instrumento vivo para o suporte de todas as atividades relacionadas ao mundo escolar, as estratégias de avaliação dessa ferramenta já foram mencionadas na conceituação do processo acrescentada, suprimida alguma informação, sempre que algum dos atores direto de avaliações formativas adotadas pela Instituição. Podendo ser reformulada, ou indiretamente envolvidos no processo escolar, em consenso com os demais membros de a comunidade escolar julgar necessário, sendo a reformulação informada às Instâncias Competentes.

Para que a escola consiga atingir suas metas, pretende-se desenvolver ações nos vários campos, dentre estas se destacam as seguintes:

- Implementação do projeto interventivo;
- Continuar buscando ferramentas que facilitem o acesso à informação à comunidade escolar, como, por exemplo, a criação do site da escola;

- Manter os laços de afetividade e cooperação entre os funcionários e estudantes;
- Promover iniciativas culturais que favoreçam o crescimento individual de cada estudante e dessa forma a sua melhor convivência e sociedade;
- Promover um espaço/momento em que a escola faça uma avaliação diagnóstica no início de cada semestre que permita identificar as fragilidades dos nossos estudantes;
- Possibilitar ações que permitam ao estudante que foi identificado com alguma fragilidade pedagógica, se apropriar dos conteúdos que ainda não dominam;
- Aumentar o índice de aprovação;
- Elevar o índice de desempenho individual da Instituição Educacional, referendado pela média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB/MEC;
- Reduzir o percentual dos alunos defasados em idade série, mediante a adoção de estratégias de intervenção, desenvolvidas em parceria com a comunidade escolar.

Dentre outros aspectos, constituir uma escola articulada com a comunidade escolar para que juntos possamos criar estratégias para a solução dos problemas que hoje prejudicam o aprendizado.

A maioria das atividades serão realizadas bimestralmente e suas metas serão estipuladas por todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a gestão democrática.

GESTÃO PEDAGÓGICA E GESTÃO DE PESSOAS

Esta Unidade de Ensino possui características bem peculiares, tais como:

- A maioria dos nossos alunos tem a sua escolarização iniciada no 1º período da Educação Infantil quando se matriculam na escola, vindos de casa. Grande parte dos estudantes costumam cursar até o final do Segundo Ciclo (5º Ano);
- Há uma proximidade maior entre direção da escola e famílias;
- A evasão escolar é inexistente;
- A rotatividade dos alunos é grande devido às constantes mudanças de endereço, dos responsáveis dos alunos, que são assentados e militantes de movimentos sociais e agrários;

— A rotatividade do corpo docente é grande devido à distância e dificuldades de locomoção para chegar à escola;

— Todos os alunos praticavam aulas de Educação Física com professor habilitado da disciplina, porém, a escola não conta mais com o esse profissional.

Entretanto, essa Instituição é uma Escola do Campo e precisa ter sua identidade campesina construída. Contudo, devido à grande mobilidade (residencial) no contexto rural, a construção dessa identidade não acontece de forma eficaz.

Em relação a formação continuada dos profissionais em educação, e a realização de estudos na escola, essas ações são incentivadas, engajando todos os servidores nesse processo, a fim de apresentar melhores resultados no seu desempenho profissional, e em consequência o aluno terá um melhor atendimento pedagógico.

A escola, à medida do possível, promove dinâmicas e ações para elevar a motivação e a autoestima dos profissionais, mediando conflitos de forma imparcial, buscando um clima ético, cooperativo e solidário, valorizando seus esforços e ações.

Gestão Financeira

Entende-se como gestão financeira é o conjunto atribuições voltadas para a gestão de recursos destinados a cobrir todas as despesas referentes à realização das atividades escolares.

A equipe gestora em conjunto com os membros da Unidade Executora (UEX) cuidam dos procedimentos administrativos burocráticos relacionados aos recursos financeiros que, por sua vez, devem ser apresentados para o Conselho e toda a Comunidade escolar.

Gestão Administrativa

A Escola Classe Aguilhada, bem como a todas as escolas da Secretaria de Educação do DF, está inserida na plataforma do programa IEDUCAR, que cadastra alunos, famílias, emite declarações, relatórios, e outros documentos escolares, realizando um atendimento ágil, atualizado e organizado à comunidade escolar, fazendo a atualização contínua dos dados, conforme diretrizes da SEEDF.

Todos os documentos, relativos à vida escolar do aluno, como preenchimento de diários de classe e escrituração dos relatórios de desempenho escolar e toda documentação

necessária exigida pelo Sistema de Ensino da SEEDF, estão criteriosamente de acordo com a legislação vigente.

Tendo em vista a utilização adequada das instalações, equipamentos, materiais pedagógicos e recursos tecnológicos, realiza-se um trabalho de sensibilização com todos os profissionais da escola para evitar desperdícios ou mau uso, buscando a manutenção e devida preservação, pois são recursos que facilitam o trabalho, portanto devem ser bem cuidados.

A limpeza, conservação e manutenção do ambiente escolar e seu patrimônio é muito criteriosa, já que estamos formando hábitos de higiene em nossos alunos e somos modelo a ser seguido, para desenvolver a educação de qualidade que tanto almejamos.

Dentre as atribuições da Direção está o dever de cumprir e fazer cumprir as diretrizes e os preceitos, estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Política Educacional do Governo do Distrito Federal, no Regimento Interno das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino, nas orientações da SEEDF e em legislações decorrentes. Algumas atribuições são:

- Estabelecer os objetivos a serem atingidos de acordo com o Termo de Responsabilidade assumidos;
- Entregar a prestação de contas dentro do prazo estabelecido;
- Responder as diligências dentro do prazo estipulado;
- Recolher os recursos diretamente arrecadados, a título de receita, ao cofre do Governo do Distrito Federal;
- Garantir a transparência na prestação de contas, relativas aos recursos transferidos à Instituição Educacional, bem como daqueles diretamente arrecadados;
- A Direção se compromete a cumprir metas e indicadores educacionais e de gestão, definidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, observadas as especificidades da Instituição Educacional.

Gestão de Resultados Educacionais

Objetivos	Metas	Ações	Avaliações	Responsá - veis	Crono- grama
------------------	--------------	--------------	-------------------	----------------------------	-------------------------

<p>- Promover a qualidade de ensino visando elevar o nível de aprendizagem</p>	<p>- Melhorar as taxas de rendimento escolar e aumentar os índices nas avaliações externas(IDEB, Prova Brasil, Provinha Brasil, Avaliação de Acompanhamento das Aprendizagens e Prova Diagnóstica da Rede Federal.</p> <p>- Viabilizar a Educação Integral de 10 horas para todos os estudantes matriculados.</p>	<p>- Reuniões de diagnóstico e avaliação pedagógica com a comunidade escolar;</p> <p>-Criar espaço de comunicação entre a comunidade escolar e a escola;</p> <p>- Estabelecer contato efetivo e pedagógico com alunos faltosos;</p> <p>- Diagnosticar as dificuldades de aprendizagem e social e encaminhar para as equipes competentes (OE, , POSTO DE SAÚDE, CONSELHO TUTELAR);</p> <p>- Estimular a leitura e pesquisa através de projetos pedagógicas.</p>	<p>Reunião bimestral para análise reflexiva dos resultados;</p> <p>-Usar questionários avaliativos para a comunidade;</p> <p>- Avaliar a participação da comunidade escolar e o rendimento dos alunos</p>	<p>-Equipe gestora, professores, orientadora e comunidade escolar.</p>	<p>Todo ano letivo</p>
--	--	---	---	--	------------------------

Acompanhamento e Avaliação da Proposta Pedagógica

Tendo por base o Projeto Político Pedagógico do ano anterior, será realizada uma reunião no início do primeiro semestre com toda comunidade escolar para que seja avaliado e discutido o que deverá ser inserido no PPP do ano vigente.

Bimestralmente, pretende-se reunir a comunidade escolar para observar o previsto e o que foi feito em relação ao programado neste Projeto. O encontro deverá ser na primeira coordenação coletiva de cada bimestre e também nos dias destinados as avaliações

institucionais. Todas as decisões e orientações serão registradas em ata. Uma cópia deste PPP ficará impressa e encadernada na coordenação, na sala dos professores e disponível para toda a comunidade na página da escola em [http:// saosebastiao.se.df.gov.br/escolaaguilhada](http://saosebastiao.se.df.gov.br/escolaaguilhada).

O cronograma com as datas das reuniões sempre é disponibilizado, a título de favorecer uma maior transparência às ações da escola e qualquer pessoa poderá acompanhar tudo o que está neste documento e cobrar as ações propostas aqui.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola. Editorial, 2003.

Avanços e desafios na Construção da Educação do Campo. Mônica Castagnaolina, Helana Célia de Abreu Freitas. Brasília. 2011.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação do DF. Proposta pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização no DF. Brasília, 2006.

BRASLAVSKY, B. **Escola e alfabetização**. SP: UNESP, 1993.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Lingüística**. SP: Scipione. 10º Ed. 2003.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1994

Carta da Educação do Campo: desafios para o DF na garantia de direitos aos sujeitos do campo – Brasília 2014.

COOL, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, 2002, Educação Infantil.

Currículo em Movimento da Educação Básica – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Diretrizes de Avaliação Educacional – Aprendizagem Institucional e em Larga Escala 2014-2016 – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º ciclo – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – Brasília DF, 2014.

DISTRITO FEDERAL. **Secretaria de estado de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica – ANOS INICIAIS**, 2018.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, e Roseli Salete Caldart (organizadores) Brasília, DF, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo nº 4.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre Alfabetização**. SP: Cortez, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. RJ: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 46 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

GUMPERZ, J. C. **A Construção Social da Alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

HANSON, E. Mark. **Recentralización y Regionalización em Educación. Revista de desarrollo**. Educativo, Año 35, número 108 – 110, 1991.

<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT13-5108--Int.pdf>

<http://vejamaiprojetos.blogspot.com/p/projeto-interventivo-e-portfolio.html>

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6318/1/ARTIGO_ProjetoInterventivoBIADF.pdf

<https://www.todamateria.com.br/festas-juninas/>

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LEI Nº 9.394/96.

LEMLE, M. **Guia Teórico do Alfabetizador**. SP: Ática, 1991.

LUCK, Heloisa. **Em Aberto: Gestão Escolar e Formação de Gestores**. Brasília: INEP, 2001.

MAIA, Joseane. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2007.

MEC, **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**. Brasília: FUNDESCOLA/DIPRO/FNDE/MEC, 2006.

MEC. **Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares.** Brasília: SEB, 2004.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução Eloar Jacobina – 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Brasília 2014.

PARO, Vitor. **Administração Escolar/ Introdução Crítica.** São Paulo: Cortez, 1991.

Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal 2015.

REGIMENTO ESCOLAR DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: **uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 4. Ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Currículo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.** Brasília, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Proposta pedagógica.** Brasília, 2008.

SMOLKA, A. L. B. **A Criança na Fase Inicial da Escrita: A Alfabetização como Processo Discursivo.** SP: Cortez, 1993.

Apêndice

INVENTÁRIO DA ESCOLA DO CAMPO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SÃO SEBASTIÃO

ESCOLA CLASSE AGUILHADA
INVENTÁRIO DA ESCOLA DO CAMPO



RESUMO

O Inventário da Escola Classe Aguilhada – Escola do Campo, com sua primeira edição iniciada no primeiro semestre de 2017, teve como colaboradores os membros da Comunidade Escolar e da Comunidade Local que, por sua vez, era composta por pessoas de 7 localidades distintas; cada qual com seus líderes e Associações Comunitárias específicas.

Neste ano de 2024, acrescentaremos ao texto original alguns avanços conquistados nesses oito anos que distam desse primeiro momento.

A finalidade deste documento é a de conhecer a realidade destas comunidades — o conjunto de interações que mantém os indivíduos convivendo de forma harmoniosa e sustentável, ou não —, descobrir suas limitações ou dificuldades e, principalmente, servir de norteador para a construção de uma identidade campesina no ideário de todas as pessoas que ali vivem.

Para a editoração e edição deste inventário foram necessários muitos momentos exaustivos de pesquisa — alguns infrutíferos —, por meio de reuniões, entrevistas, leitura de documentos e coletas de informações gerais e específicas sobre a região.

Cabe ressaltar que a dinâmica diária da escola somada aos problemas específicos de cada comunidade/membro colaborador e à rotatividade de pessoas que residem nas mesmas, foram aspectos dificultadores para a elaboração deste portfólio.

Salienta-se, porém, que todas as informações coletadas contribuirão para a definição de estratégias educativas para os próximos anos, para a implementação de uma educação do campo mais efetiva e para um ensino de melhor qualidade.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	60
2. UM POUCO DA HISTÓRIA DA AGUILHADA.....	60
3. A ESCOLA CLASSE AGUILHADA: HISTÓRIA E REALIDADE	70

Introdução

O processo de construção deste Inventário Histórico, Social e Cultural, produzido tendo por base a lei da Gestão Democrática (Lei Distrital nº. 4.751/12) e o Projeto Político Pedagógico da nossa Instituição de Ensino, caracterizou-se pela busca, a cada instante, da participação da Comunidade Escolar.

As dificuldades diárias inerentes à rotina escolar, principalmente de uma Escola do Campo, somadas à realidade de carência de recursos, prejudicaram efetivamente as atividades de pesquisa e a elaboração deste documento. Coube-nos, contudo, nos basearmos no documento original, atualizando-o já que os avanços estruturais na região são pouquíssimos.

Neste contexto, esperamos nas próximas edições dar continuidade ao trabalho de pesquisa de campo para que possamos nos aproximar de forma mais fidedigna realidade atual.

Organizado em dois capítulos principais: o Primeiro, “Um pouco da história da Aguilhada”, onde conta-se um pouco da história da região, e o segundo, “A Escola Classe Aguilhada: história e realidade”, onde são abordadas questões específicas da escola, procurou-se assim fazer para tornar mais fácil e atraente a elaboração e leitura do documento.

Um pouco da história da Aguilhada

As informações sobre a história da Aguilhada, ou mais particularmente, da Colônia Agrícola Aguilhada, vieram da colaboração de algumas pessoas da comunidade, com especial destaque para a Sra. Érica Viana Mendes, pessoa que já foi muito atuante na região e mãe de uma ex-estudante da nossa escola.

Essa história tem início em meados dos anos 50, onde a Carmem, filha do Sr. Napoleão, nascida na região em 1964, explica sobre a chegada das primeiras famílias. “Foram elas, do Sr. Antônio Torres (1ª família), Dª Geraldina, Nego Germano que posteriormente vendeu a propriedade para Hiroshi e Sr. Napoleão. Por volta do ano de 1958 a área da Aguilhada pertencia a Dois proprietários – a esquerda do

córrego Guiada, nome da região na época, por causa do nome do córrego da região, pertencia à família Meireles e a direita do córrego à Família Diogo Machado”.

Conta a Sra. Marilde que anteriormente, “toda área fazia parte da região do Goiás, após 1960 com a criação de Brasília, parte da região do DF foi desapropriada e tornou-se DF e a outra parte era Goiás. A parte que não foi desapropriada foi doada aos trabalhadores da fazenda do Diogo Machado”.

Toda a documentação das terras do Goiás encontra-se no Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato, 1º de Notas de Luziânia – Goiás (e-mail: regetab@uol.com.br e telefone: 61 3621-3800/3621-3051 e fax: 3622-2210), assinado por Ísis Campos Maral – Oficial de Registro de Imóveis e Tabeliã da época.

Os moradores da época contam que havia muito cerrado, muita água e muitos animais do cerrado (tamanduá, onça pintada, veado, macaco, lobo guará, macaco prego). Eles eram muito conhecidos por nome ou apelido: Sr. Neco, Maria Eulália, D^a Geralda, D^a Francisca, Divina, Napoleão, D^a Olinda, Fátima da Olaria, Darci, D^a Brasileira Pereira, Benvindo, Bete, Jair, Maria de Fátima Oliveira, Jota, Maria de Fátima Souza, D^a Antônia Delfina, Joana Borges, além de outros que mudaram logo da região.

Dona Geraldina e a Carmen, filha do Sr. Napoleão, contam que aproximadamente em 1967 o cerrado foi arrancado e plantaram pinheiro, eucalipto e manga no lugar. O motivo declarado foi a tentativa de conter as invasões. Contudo, acredita-se que o verdadeiro motivo já era interesse político ou lavagem de dinheiro.

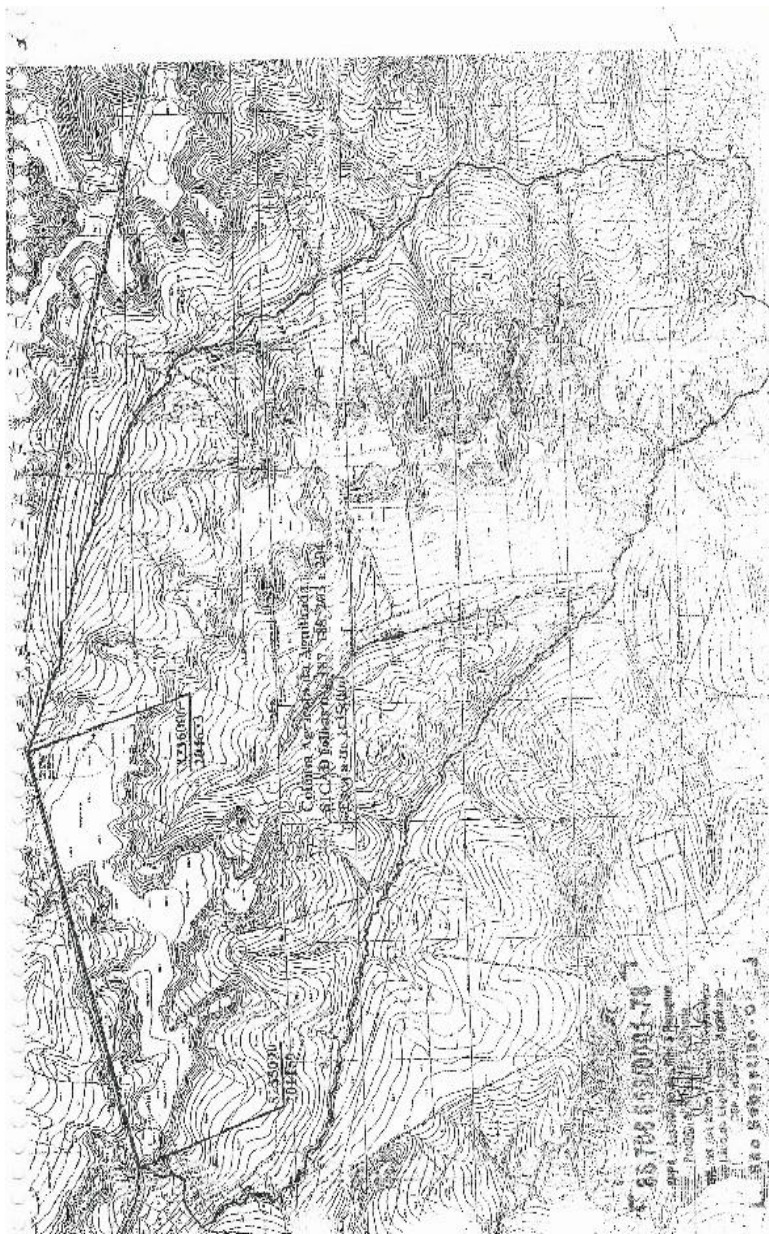
O governo cedeu para algumas empresas 80% dessa área para ser desmatada e utilizada para o plantio desses eucaliptos, pinheiros e mangas. Essa decisão ocasionou um enorme impacto ambiental na época, pois foi desmatada grande área do cerrado virgem.

Além disso, o preparo da terra para o plantio foi conduzido de uma maneira totalmente errônea, sem curva de nível, baciões de contenção e nenhuma proteção aos córregos e nascentes da área. Desta forma, várias minas foram soterradas, córregos assoreados e o desaparecimento da fauna nativa foi inevitável.

Havia na região muitas minas e nascentes de água. Muitas foram secando e se acabando. Conseqüentemente os animais seguiram o mesmo caminho. Muitas espécies foram sumindo. Com o assoreamento, o córrego que era grande, ficou bem

estreito. Nesse mesmo ano, em virtude do desmatamento do cerrado e do tamanho pequeno das árvores plantadas, aconteceu uma enxurrada que derrubou muitas casas.

Aproximadamente entre os anos de 1967 e 1973, os pinheiros foram crescendo, as águas foram se acabando (mina, córrego), pois os pinheiros foram sugando a água da terra e as olarias foram surgindo na região. Diversas pessoas vieram do Estado de Goiás a procura de emprego com a criação das olarias. Havia plantio de feijão, arroz, milho, mandioca e criação de galinhas e porcos. Havia muita fartura na região. Ainda não tinha energia elétrica e a iluminação era à base de lampião, vela e lamparina. Além disso, todo transporte era feito no lombo de animais ou carro de boi.



Área da Colônia Agrícola Aguilhada

A região da Guiada — que passou a ser reconhecida por Aguilhada a partir do ano de 1993, após erro de registro da Associação — está localizada numa depressão da encosta sul da Chapada Sarandi, próxima das bacias hidrográficas Amazonas e Paraná. A Região integra a bacia do Rio São Bartolomeu no Distrito Federal, abrigando várias nascentes e quatro córregos dos quais dois nascem na região:

Aguilhada, Quilombo, Gamelas e Cachoeirinha. Eles cortam a região, se apropriando das águas de várias nascentes, o que faz com que seus volumes sejam aumentados.

Neste mesmo ano, com a criação da APRA — Associação dos Mini e Pequenos Produtores da Aguilhada — vários projetos sociais foram encampados; dentre eles, o de educação e preservação ambiental em parceria com diversas instituições públicas e privadas. Essas Instituições (SENAR, EMATER, SEAPA, Atitude Brasil, Rotary Club e ONGS) contribuíram de diversas formas, incluindo neste rol, vários cursos profissionalizantes, projetos de plantio de mudas e eventos de educação ambiental para a comunidade, realizados na escola.

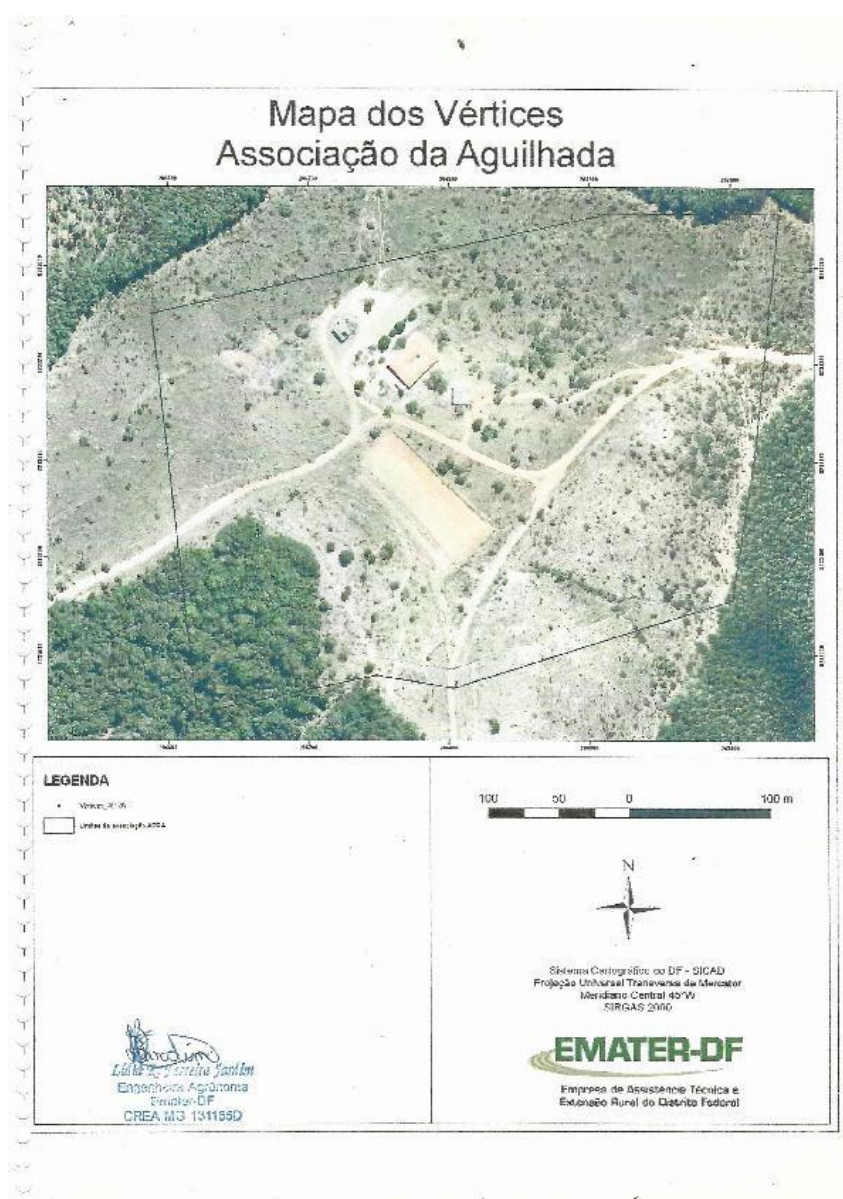


Foto: Área demarcada da APRA e posteriormente doada para a Escola Classe Aguilhada.

Na imagem da página anterior vemos o telhado da escola na parte norte (quase ao centro) da área demarcada. Abaixo, o campo de futebol usado em algumas aulas de Educação Física.

Em 1995 foi solicitado ao Exmo. Governador do Distrito Federal, Sr. Cristovam Buarque, a construção de uma Escola Rural para a Aguilhada, ressaltando que a comunidade havia erguido a estrutura física da escola com os mesmos objetivos, porém, a mesma foi derrubada pelos fiscais da Terracap, alegando invasão de terra pública.

No ano de 1996 foi Inaugurada a Escola Bernardo Sayão, construída através de uma parceria entre a comunidade local, a APRA e Administração Regional, com a presença do secretário de educação Antônio Ibañez e do Administrador de São Sebastião, Sr. Sebastião de Abreu.

Esta escola — uma pequena casa com aproximadamente 60m² — localiza-se ao lado da atual Escola Classe Aguilhada e, atualmente serve de residência para uma família que se apropriou do imóvel.



Casa ao fundo (vizinha à Escola Classe Aguilhada): antiga escola Bernardo Sayão. Hoje, residência, após apropriação indevida. Foto registrada no ano de 2018.

Em 1997, com nova solicitação, foi confirmado a construção da Escola Classe Aguilhada. A Escola pertenceria à Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Porém,

somente no dia 27 de abril do ano de 1998, criada por meio da Resolução nº 6262/98 – CD – FEDF, a Escola Classe Aguilhada iniciou suas atividades. A mesma foi credenciada pela portaria nº 098 – SEE/DF de 17/05/2000.

Outra importante construção coletiva da comunidade da Aguilhada em parceria com a comunidade de Nova Betânia, ocorrida no ano 2000, foi à união de um grupo para a fundação da Cooperativa Agropecuária de São Sebastião - COPAS/DF. Nos dias de hoje existe a ideia de criar uma Cooperativa de Flores de Corte além de vários outros pequenos projetos que beneficiem a manutenção da área rural.



Um ano antes, como as invasões e o corte ilegal dos pinheiros aumentavam com muita velocidade, no dia 11 de fevereiro de 1999, para coibir essa ação, foi promulgada a lei n.º 2.326, cujo autor do projeto foi o Deputado Wasny de Roure, pelo Presidente da Câmara Distrital Edimar Pireneus. Esta lei cria a Colônia Agrícola Aguilhada, delimita sua região geográfica e dispõe sobre a ocupação da terra. Dentre outros critérios, as glebas deveriam ter, no mínimo, dois hectares agricultáveis. Entretanto, o cumprimento desta lei não se mostrou muito efetivo nos anos que se seguiram. O desmatamento continuou e muitas terras foram e ainda estão sendo invadidas.

LEI Nº 2.326, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1999
(Autor do Projeto: Deputado Distrital Wasny de Roura)

Cria a Colônia Agrícola Aguilhada, situada na Região Administrativa de São Sebastião.

Fica sabido que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, o Governador do Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sancionou, e eu, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na forma do § 6º do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Colônia Agrícola Aguilhada, localizada na Zona rural de Uso Diversificado, do Macrozoneamento do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, aprovado pela Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, e situada às margens dos Córregos Cachoeirinha, Quilombo e Aguilhada, e à margem direita da BR 251, entre os quilômetros 63 e 74, na Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV.

Art. 2º Para regularização das ocupações das glebas da Colônia Agrícola Aguilhada serão obedecidos, dentre outros, o disposto no art. 24 da Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, o disposto no art. 29 das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal e o seguinte:

- I - as glebas terão, no máximo, dois hectares agrícolas;
- II - a regularização da Colônia fica vinculada à elaboração de projeto de parcelamento rural, nos termos da legislação pertinente, e do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório - EPIA/RIMA, que estabelecerão os tipos de cultura e as restrições a serem observadas no uso e ocupação da área;
- III - para fins de regularização das ocupações com a criação da Colônia Agrícola objeto desta Lei, só serão reconhecidas aquelas existentes até o dia 31 de julho de 1998.

Art. 3º Os beneficiários serão identificados e reconhecidos pela associação de chacareiros da comunidade e selecionados pelo Poder Executivo, no âmbito de programa habitacional rural de interesse social, respeitados os termos do art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. Não havendo disponibilidade de gleba na Colônia Agrícola Aguilhada para atender aos ocupantes referidos neste artigo, o Poder Executivo poderá encaminhá-los para outra colônia agrícola.

Art. 4º A transferência da posse das glebas será feita por meio de licitação pré-qualificada, e o instrumento a ser firmado será o da concessão de uso.

Art. 5º Será exigido das ocupantes da Colônia Agrícola Aguilhada o cumprimento de todas as medidas de preservação ambiental, especialmente no que se refere aos Córregos Cachoeirinha, Quilombo e Aguilhada, sob pena de não ser admitida sua permanência na Colônia Agrícola de que trata esta Lei.

Art. 6º O projeto de parcelamento rural para regularização das ocupações da Colônia Agrícola Aguilhada exclui as áreas de preservação permanente das glebas a serem instituídas, nos termos do art. 280 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Parágrafo único. Para fins desta Lei são consideradas de preservação permanente as áreas plantadas com *pinus elliotii* e *eucalyptus*, e vedado o corte dessas espécies para qualquer outro tipo de uso.

Art. 7º A Associação dos Chacareiros representantes da comunidade da área acompanhará todas as ações relativas à regularização das ocupações e criação da Colônia Agrícola Aguilhada.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, do fevereiro de 1999
Deputado EDIMAR PIRENEUS
Presidente

(LXI) OF Nº 36, de 23.02.99 - pág. 1

86 708 658/0001-78

APRA - Associação dos Pequenos
Produtores Rurais de Aguilhada
BR 251 Km 63,5 - Região Administrativa de São Sebastião - DF
CEP 71091-000

L. São Sebastião - DF

Até meados do ano de 2016, os pinheiros que sobraram haviam se tornado atração turística. Responsáveis por um microclima agradável, com ar puro e com conotação medicinal, proporcionavam uma paisagem belíssima, diferenciada de outras regiões. A localidade passou a atrair diariamente turistas de todo o DF e de outros Estados. Muitas práticas como, por exemplo, caminhadas, cavalgadas,

orientação geográfica, escotismo e visitas educacionais de várias escolas, além de atividades turísticas, esportivas, religiosas e sociais passaram a acontecer na região.



Atualmente a região não apresenta mais a quantidade de eucaliptos, pinheiros e mangueiras que existiam anteriormente. Boa parte de ambas as vegetações foi cortada e uma considerável área foi ocupada por movimentos de reforma agrária e invasores de terras, desestabilizando ainda mais o ecossistema da região. Durante alguns anos, uma das propostas da APRA (atualmente inativa) foi a de reconstituir a flora e a fauna da região, com o replantio de árvores nativas em locais de minas d'água de relevante importância ecológica.

Do ponto de vista cultural, a comunidade ainda preserva uma ou outra tradição importante para o convívio social e o lazer. Realiza anualmente a festa de São João, com comidas e danças tradicionais, mas, devido a significativa rotatividade de moradores na região, um pouco da tradição foi perdida e a carência de uma identidade campesina torna-se evidente. Mesmo assim, ainda acontecem alguns eventos e manifestações. Também existem alguns empreendimentos locais.



Cavalgadas e algo mais

Um bom passeio à cavalo é bem para qualquer idade. É o que oferece a turma do Rancho Aguilhada, um dos pontos mais visitados do turismo rural de Itaipava que fica na estrada para Itaipava. Um dos mais antigos pontos de lazer do homem, o cavalo é o grande destaque do rancho - que, no entanto, trata outras atrações a oferecer ao turista: o passeio de canoa no lago, o passeio de bicicleta e o passeio de carroça. Funcionando diariamente a partir de 10h, o Rancho Aguilhada tem como público-alvo os grupos a partir de dez pessoas - o que não impede solitários, em grupos de passeio, com a devida antecedência, espaço para uma cavalgada pelo local.

Ha dois anos inaugurado com o rancho, Divina e Valdemar de Castro administram os cerca de 50 hectares de área com campo e conhecimento de casa, desde o tempo em que passaram em suas mãos há mais de 30 anos, na verdade, das chamadas...

Passelos a cavalo são a atração principal, mas um pequeno lago com direito a boia, também faz parte do pacote Aguilhada...

...e uma boa comida feita em fogão a lenha - todos os produtos vêm de hortas orgânicas do próprio rancho - somam-se ao espaço para eventos, como festas, casamentos,





É o caso do Rancho Aguilhada, iniciativa voltada para o descanso, o lazer e para o turismo rural.





E também da Elemental Produtos (Elemental Group), uma empresa diversificada que lida com produtos ecológicos, arte botânica, projetos paisagísticos e atividades socioeducativas. O Espaço Elemental foi inaugurado em dezembro de 2018 na região da Aguilhada.





Além dessas iniciativas também existem na região olarias, granjas, criadores de gado e muitas chácaras que produzem pequenas quantidades de produtos do campo para venderem no comércio local e da cidade de São Sebastião-DF.

Quanto a ocupação do espaço e a organização das comunidades, até o ano de 2018 algumas outras associações comunitárias foram criadas. Dentre as que temos conhecimento, além da APRA (Associação dos Produtores Rurais da Aguilhada), podemos citar:

- Associação de Nova Vitória;
- Associação 13 de Maio;
- Assentamento 1º de julho;
- Associação Zumbi dos Palmares;
- Associação de Cavas;
- Associação APAC (recém-criada – mesma comunidade da APRA);
- Associação do Mangueiral; — Associação do Pinheiral.

Cada Associação representa uma comunidade de mesmo nome, com exceção da APRA e da APAC que foram criadas na comunidade Aguilhada. A primeira mais antiga e a segunda mais recentemente.

Alguns membros de todas essas comunidades já foram estudantes ou já tiveram (ou ainda têm) filhos ou parentes estudando na escola. Entretanto, devido às dificuldades de trabalho destas associações, à dinâmica diária da escola e a falta de infraestrutura da região, a comunicação entre as mesmas não é muito fácil de ocorrer.

Atualmente não temos informações de quantas ou quais associações comunitárias estão atuando na região.

A Escola Classe Aguilhada: história e realidade

Inserida na história da região em 1998, a Escola Classe Aguilhada, destinada a atender as séries iniciais do ensino fundamental, passou a receber crianças não só da região da Aguilhada, mas, também, de localidades rurais adjacentes — algumas distantes cerca de 30km.



Em relação às suas instalações na época, a escola possuía 4 salas de aula, uma sala de leitura, três banheiros para estudantes — um masculino, outro feminino e mais um para alunos com necessidades educacionais especiais —, um banheiro para funcionários (sem distinção de gêneros), uma sala para professores, uma secretaria, uma sala para reprografia, uma sala de direção, uma cozinha, uma despensa, um depósito pequeno para guarda de materiais diversos, um quartinho abaixo da caixa d'água onde encontra-se o filtro de água e a caixa de energia da bomba do poço semiartesiano, uma sala de recursos, um pequeno pátio interno e uma área aberta ao redor da escola (limitada com cerca de arame farpado). Tudo dentro de uma área com aproximadamente 3500 m².



Neste contexto, nos primeiros anos do início de suas atividades, a escola atendeu em alguns momentos as quatro turmas das séries iniciais com classes multisseriadas, devido ao pequeno número de alunos por série e, em outros momentos, com classes regulares.

Nos anos seguintes passou a atender crianças com seis anos de idade (turma mista QMCM – Quanto Mais Ceddo Melhor), melhorando assim a qualidade de atendimento e aumentando os anos de permanência do aluno na escola.



No ano de 2014, foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral (PROEITI), em que todos os alunos tinham permanência diária de 10 horas na escola, de segunda à sexta-feira, e participavam de atividades de educação esportiva extracurriculares no Centro Olímpico da cidade de

São Sebastião. O referido Centro Olímpico, localizado em área urbana, dista aproximadamente 15 km da escola.

O turno integral, nesta época, tinha como objetivo a melhoria qualitativa do ensino. Esse período adicional propiciava ao aluno maior tempo para a realização de suas tarefas escolares e melhores condições para as aprendizagens, através do reforço escolar e de oficinas e atividades voltadas para seus interesses e necessidades.

Na escola, desde o início das suas atividades em 1998, devido ao crescimento populacional desordenado, o número de crianças atendidas vinha aumentando progressivamente. No ano de 2018 a quantidade de estudantes frequentes somava 132 no mês de novembro.

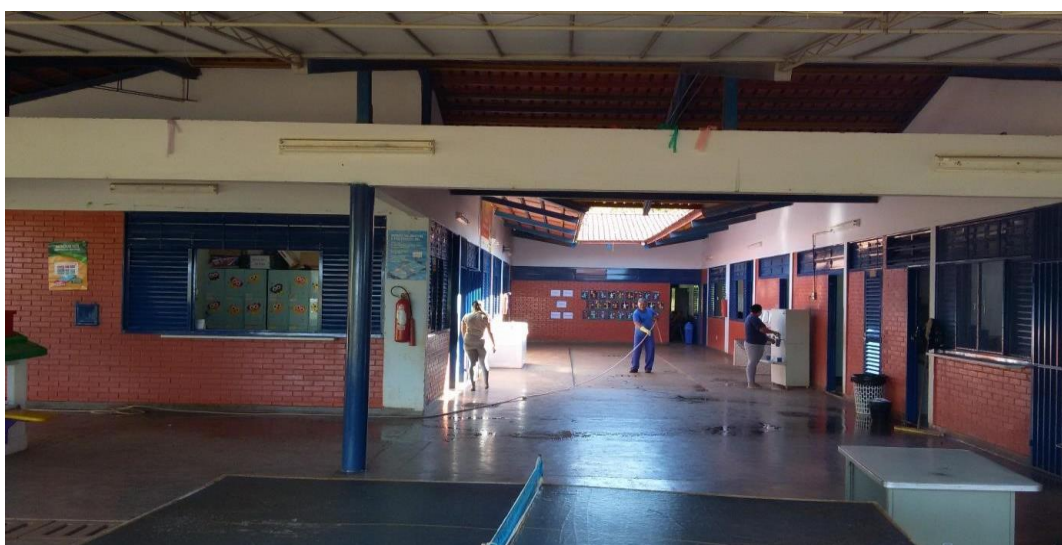


Foto de 2018: pátio interno com sala dos professores à esquerda. Vinte anos após sua inauguração.



Foto de 2024: pátio interno com sala dos professores à esquerda. Seis anos após a foto anterior.

Ainda no ano de 2018, buscando construir uma identidade campesina no inconsciente coletivo de toda a comunidade, elaborou-se um projeto de educação ambiental que necessitava de alguns insumos para entrar em pleno funcionamento.



Pela sua natureza, uma escola precisa ser multiplicadora de saberes e consciências que, por sua vez, necessitam estar direcionadas para práticas salutares e sustentáveis, de forma que seja possível contribuir para o desenvolvimento da sua região e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade melhor.

Neste contexto, pensando em nossos estudantes, seus familiares e qualquer outra pessoa que possa aprender/ensinar e ser multiplicadora de princípios e conhecimentos voltados para a sustentabilidade, este projeto buscou transformar a escola em um laboratório vivo para as atividades/aprendizagens campesinas, por meio da manutenção de um currículo adequado e específico e, além disso, aproximar a comunidade e a escola a partir da oferta de oficinas de aprendizagens para o compartilhamento e disseminação destes saberes para a construção de uma identidade do campo.

Metodologicamente foram organizadas atividades práticas para nossos estudantes, de forma que os mesmos vivenciassem os processos de construção dos conhecimentos. Tendo como foco a sustentabilidade, o referido projeto foi dividido nos temas (ou subprojetos) abaixo descritos, que foram trabalhados de forma interdisciplinar, contextualizada e inter-relacionada:

- Higiene e Alimentação Saudável;
- Horta escolar;
- Mini Horta escolar e viveiro de mudas;
- Água: captação, armazenamento e consumo;
- Produção de lixo, reciclagem e Artesanato;
- Meliponicultura;
- Criação de pequenos animais do campo;
- Compostagem e minhocário.

Dentro de cada tema ou subprojeto houve um trabalho pedagógico teórico e interdisciplinar voltado para nossos estudantes e, também, as atividades práticas realizadas nos espaços próprios destinados às mesmas.

Da mesma forma, para cada atividade relacionada acima, ocorreram momentos específicos de aprendizagem — ou oficinas — para os demais membros da comunidade. Nesta época (2018) alguns espaços destinados às práticas das aprendizagens ainda estavam em construção e necessitavam de apoio e parcerias que viabilizassem sua conclusão.

Como exemplo, podemos ilustrar (foto abaixo) o espaço que chamamos de Área de Convivência, onde se encontram os tanques de ferrocimento para a captação das águas das chuvas, criação de peixes e irrigação da horta, a própria horta escolar e o espaço para as aulas práticas das oficinas.





Neste ano de 2024, esta área encontra-se modificada, conforme ilustram as imagens a seguir.



Ainda no ano de 2018, a escola possuía 10 professores regentes, duas coordenadoras, diretor, vice-diretora, chefe de secretaria, uma pedagoga, uma professora itinerante para a sala de recursos, 4 vigilantes que se alternavam em escala, 2 merendeiras e 3 agentes de limpeza.

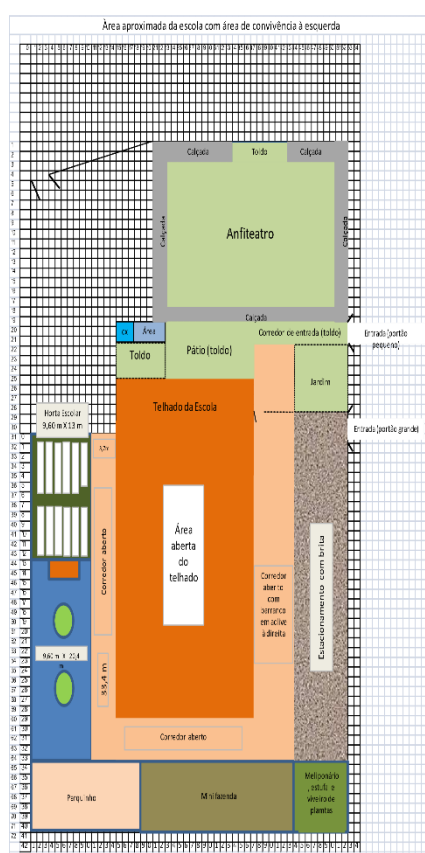
Além disso contava com a colaboração de 7 Educadores Sociais Voluntários que auxiliavam os trabalhos desenvolvidos na escola. Até outubro desse ano,

possuíamos um professor de Educação Física do projeto Educação Com Movimento (PECM), mas, o perdemos devido a questões burocráticas, onde, o mesmo foi obrigado a se desligar da escola em decorrência das modificações da sua jornada de trabalho impostas pela SEDF.

Neste ano de 2024, contamos com 11 professores regentes (incluindo um de Educação Física – PECM), uma coordenadora, uma supervisora, diretor, vice-diretor, chefe de secretaria, uma pedagoga, uma orientadora, uma monitora efetiva (APPGE), 4 vigilantes que se alternam em escala, 3 merendeiras, 6 agentes de limpeza e uma Educadora Social Voluntária (ESV).

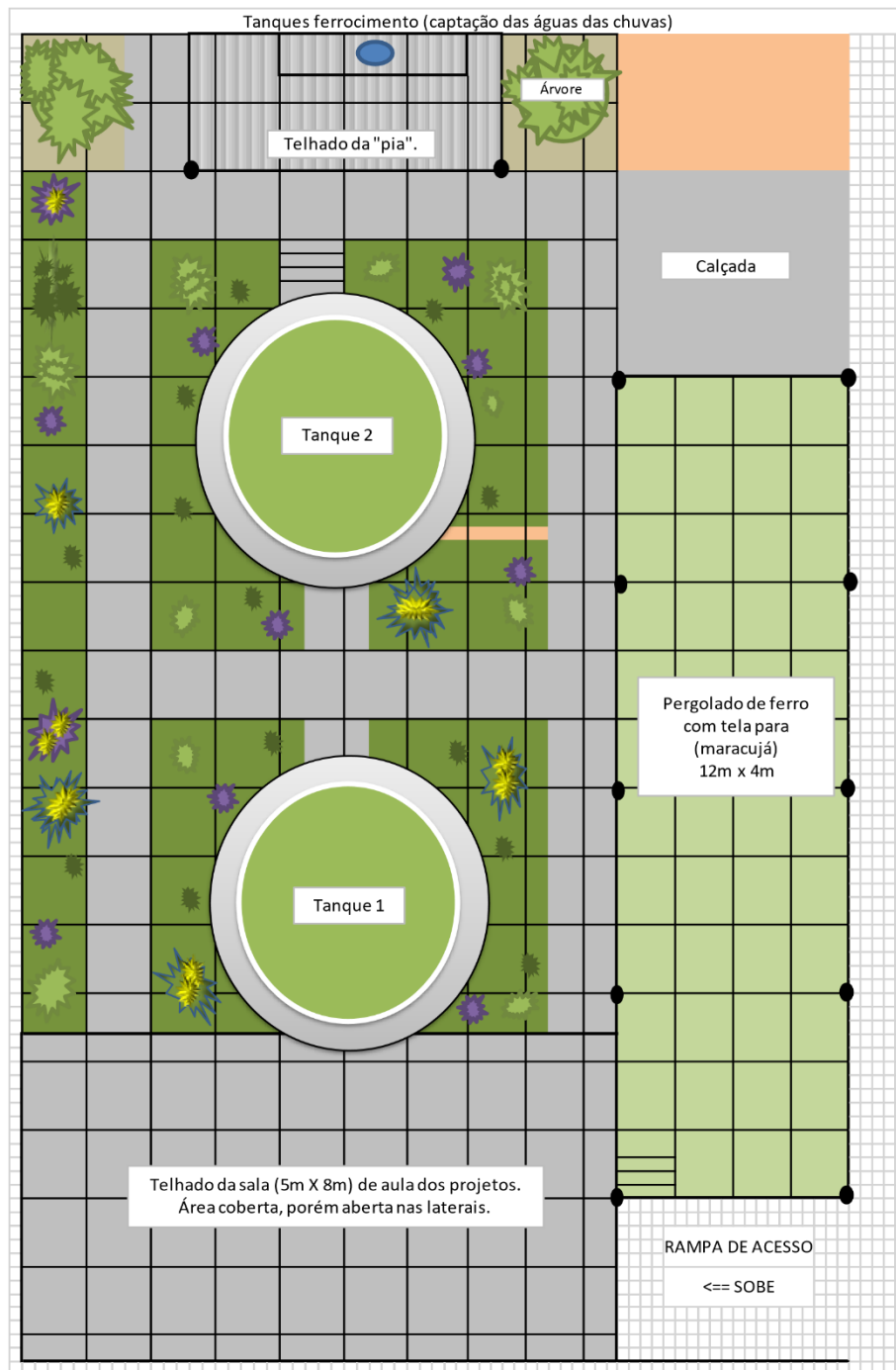
Atendemos cinco turmas no matutino, do 1º ao 5º ano das séries iniciais do ensino fundamental, e cinco turmas no vespertino, 1º e 2º períodos da educação infantil e 4º e 5º ano das séries iniciais, totalizando dez turmas que somam 170 estudantes.

ESBOÇO 1 – ÁREA DA ESCOLA (2018)



Esboço da ideia sobre a organização dos espaços da escola (2018).

ESBOÇO 2 – ÁREA DE CONVIVÊNCIA (2018)



“Somente quando for envenenado o último rio, cortada a última árvore e matado o último peixe, a humanidade se dará conta de que não poderá se alimentar do dinheiro”.

Provérbio Indígena

Referencial Bibliográfico

História da Colônia Agrícola Aguilhada, APRA, 2011

Lei da Gestão Democrática (Lei Distrital nº. 4.751/12)

Pesquisas de Campo

Projeto Político Pedagógico da Escola Classe Aguilhada, Aguilhada, 2018.

PROGRAMAS E/OU PROJETOS GENÉRICOS

PROJETO DE LEITURA: CAIXA DE HISTÓRIAS

Justificativa

Sabemos que hoje a leitura é considerada um dos maiores desafios das escolas. Muitos dos nossos estudantes têm dificuldades em ler e produzir textos, pois, infelizmente, é a leitura de decodificação que tem predominado entre a maioria. Dessa maneira, a escola é detentora de um papel de destaque na formação de leitores, pois muitos estudantes só têm acesso aos livros na instituição pela influência da pouca cultura de leitura dentro do seio familiar.

É importante ressaltar que o hábito da leitura não se adquire de forma rápida. No entanto, é papel da escola transformar a leitura em um hábito prazeroso. Para tanto, é preciso, sobretudo, que o professor tenha clareza de que formar leitores proficientes não basta apenas ensiná-los a decodificar o código linguístico, mas, sobretudo, propiciar condições para que o estudante consiga enxergar além das palavras, dando significado àquilo que lê.

Nesse sentido, o Projeto Sacola Viajante da Escola Classe Aguilhada - Campo se configura como uma estratégia interventiva a ser realizada pelos professores regentes de todas as turmas para garantir o desenvolvimento e o gosto pela leitura, visando a formação de leitores proficientes e conseqüentemente bons escritores, visto que a produção de textos tem melhor resultados quando sustentada pela prática da leitura.

Público-alvo

Todos os estudantes da Unidade Escolar.

Objetivo geral

Estimular o desejo e a curiosidade do estudante pela leitura, ampliando o seu conhecimento e, por conseguinte, a sua ampliação da visão de mundo, de forma a

inserir-lo na cultura letrada, possibilitando a vivência de emoções e o exercício da fantasia e da imaginação suscitados pelo processo de leitura.

Objetivos específicos

- Realizar a socialização de experiências na sala de aula ou qualquer outro ambiente escolar, favorecendo a livre expressão das crianças e o hábito diário da leitura entre os alunos;
- Despertar o gosto pela leitura, estimulando o potencial cognitivo e criativo do aluno;
- Propiciar um intenso e sistematizado contato dos alunos com diferentes gêneros textuais, favorecendo as produções orais, escritas e em outras linguagens;

Desenvolvimento

— Cada professor possui uma caixa (organizadora) de livros que usará com seus estudantes durante todo o ano letivo;

— Todas as sextas-feiras, em horário preestabelecido, todos os professores farão o momento da leitura onde disponibilizará para cada estudante um livro que o mesmo leia. Será um momento único e sincronizado em toda a escola e em cada turno;

— Além das sextas-feiras, cada professor poderá trabalhar individualmente com sua turma, usando a caixa de livros, conforme seu planejamento de aulas;

— Uma vez por mês será realizada uma culminância (coletiva) onde os estudantes poderão apresentar momentos de leitura ou qualquer outra similar relativa às leituras realizadas.

Avaliação

- Toda a equipe pedagógica analisará mensalmente os resultados do projeto, propondo, se for o caso, os ajustes necessários;
- Os alunos também participarão da avaliação refletindo, junto aos seus professores, sobre a validade do projeto.

ALFALETRANDO

O Programa foi instituído por meio do Decreto nº 45.495/2024, que tem como eixo norteador garantir o direito à alfabetização de crianças até os sete anos de idade, como forma de colaborar para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas.

Conforme o Decreto, são dois os objetivos do Programa:

I – Garantir que 100% das crianças matriculadas na rede pública de ensino estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental; e,

II – Recompôr as aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas nos 3º, 4º e 5º anos da rede pública de ensino, em vista do impacto da pandemia de Covid-19 para esse público.

A partir de agora, a expectativa é que a implementação do Programa ocorra em todas as unidades escolares que oferecem o 1º e 2º ano do ensino fundamental, concentrando esforços no processo inicial de alfabetização

PLANO DE AÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (OE)

Introdução

A atual sociedade, requer progressivamente uma educação de qualidade. Função essa que exige, muito esforço e dedicação de todos envolvidos nesse processo, além desse envolvimento é necessário articulações e parcerias buscando a democratização do saber para se construir uma sociedade justa e fraterna, onde reine a solidariedade, a união e a paz.

Para concretização desses propósitos a escola deverá ser um espaço de análise, discussão e reflexão, pois através do trabalho conjunto de toda equipe pedagógica e demais funcionários será possível oferecer um espaço de convivência democrático e dessa forma cumprir seu papel social.

Dentro dessa perspectiva a Orientação educacional buscará a adesão e a parceria da família na escola e a integração de toda equipe pedagógica através de um trabalho realizado de forma coletiva e em harmonia com os demais setores

articulando-se com o Projeto Político Pedagógico e possibilitando assim a integração de todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Justificativa

O presente plano constitui o direcionamento das ações preestabelecidas para serem desenvolvidas no decorrer do ano letivo de 2024, ressaltando que as ações propostas, serão desenvolvidas e discutidas sempre que se fizer necessário.

Diagnóstico

A clientela atendida é constituída em sua maioria por crianças e adolescentes oriundos de famílias de baixa renda, na grande maioria filhos de oleiros, trabalhadores rurais e também famílias que residem em assentamentos, acampamentos (invasão) na região ou nas proximidades. Geralmente, essas famílias enfrentam vários problemas ligados a questões sociais e o reflexo desses problemas refletem no ambiente escolar como: comportamento inadequado, decorrente de problemas afetivos de famílias desestruturadas e alguns casos baixo rendimento escolar, decorrente de dificuldades de aprendizagem e falta de apoio e acompanhamento da família, outra questão que interfere no processo de ensino\ aprendizagem são as constantes transferências devido à dificuldade de locomoção, mudança de endereços, entre outras.

Objetivos

Participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional.

Realizar a escuta ativa não só dos estudantes, mas de todo o corpo escolar.

Atuar por meio de projetos que auxiliem no enfrentamento a violência no contexto escolar e na superação de preconceitos e discriminação.

Ampliar o conhecimento em áreas preventivas, como sexualidade, drogas, entre outros.

Contribuir na construção de uma convivência cooperativa, participativa, democrática, por meio da educação para cultura da paz, mediação de conflitos e projetos correlatos.

Assessorar os processos ensino-aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola.

Promover e participar de ações de adaptação ao novo contexto escolar bem como da transição para a próxima etapa de ensino.

Participar ativamente das reuniões coletivas e conselhos de classe, sensibilizando e auxiliando o funcionamento do conselho de Classe Participativo.

Contribuir para o vínculo entre a família e a escola, acolhendo os pais ou responsáveis, oferecendo informações e compartilhando conhecimentos que favoreçam o processo educativo em parceria.

Realizar parcerias e articulações com setores governamentais e\ ou não governamentais de forma a atuar junto à rede social de apoio de sua localidade, visando a um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas e sociais das crianças e dos adolescentes.

Ações pedagógicas

Atuar, em consonância com os professores e coordenadores, na elaboração de projetos de recuperação de estudos a partir das necessidades de aprendizagens identificadas em sala de aula, de modo a garantir as condições básicas para que o processo de socialização e construção do conhecimento seja efetivado.

Promover e coordenar reuniões pedagógicas para a elaboração de propostas de intervenção de acordo com a realidade da escola.

Coordenar o grupo de estudos (formação continuada) de professores e funcionários na semana Pedagógica, conforme o calendário escolar.

Desenvolver trabalho de conscientização com os alunos e os pais sempre os convidando para participar da escola.

Ofertar atendimento aos pais e alunos em horários específicos.

Subsidiar e **orientar** os professores no desenvolvimento de atividades, que venham promover o avanço dos alunos no processo de ensino\ aprendizagem.

Buscar junto com a direção da escola, palestras e cursos com profissionais específicos na área de formação humana, que venha favorecer o trabalho pedagógico e desenvolvimento integral de todos os alunos que frequentam a escola.

Responsáveis pela execução

Orientadora educacional em colaboração com a coordenação, direção, professores e demais funcionários.

Avaliação

O processo de avaliação será feito através de debates, acompanhamento e levantamento de dados, junto com a equipe pedagógica, onde serão discutidas as possíveis intervenções didáticas \ pedagógicas para efetivação desse plano de ação visando a atuação concreta em busca uma educação igualitária e de qualidade para todos.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESPAÇOS PARA APRENDIZAGENS SUSTENTÁVEIS

Introdução

A temática ambiental aponta para os diversos ambientes em que os seres vivos estão inseridos, para as relações mútuas entre ambiente e sociedade e promove a reflexão sobre a interação do homem com a natureza. Tem como finalidade demonstrar a responsabilidade humana quanto ao bem-estar comum e quanto ao uso adequado dos recursos naturais para minimizar problemas ambientais, sociais e econômicos.

Nessa perspectiva, a escola elaborou o projeto de Educação Ambiental que tem como objetivo despertar nos alunos o interesse em preservar o meio ambiente e aprender saberes relativos à vida no campo. Portanto, o projeto busca desenvolver filosofia e ação, fundamentando e promovendo novas ações ou melhorias em torno da consciência ambiental e da compreensão da sustentabilidade.

Para que as aprendizagens sejam efetivadas, será estabelecido parcerias com outras entidades ou colaboradores, de forma a possibilitar mais recursos para a realização das diversas atividades. Contudo, baseados em experiências colocadas em prática em etapas anteriores, chegamos à conclusão que se torna imprescindível a atuação de um professor efetivo, lotado na Unidade Escolar, para trabalhar exclusivamente neste projeto. A proposta é a de que o(a) referido(a) professor(a) seja o(a) responsável pelo projeto de Educação Ambiental que envolve diversos saberes e práticas: plantio de hortas, agrofloresta, panc's, plantas medicinais, jardins; preparo da terra; compostagem; minhocário; meliponário; tanques para a captação das águas das chuvas e criação de peixes; irrigação; manipulação de alimentos; etc.

Neste contexto, um professor 40h (20h + 20h) seria a opção ideal para atender as necessidades da escola, haja vista, ser necessário o suporte do mesmo na visitação, e ação pedagógica dos professores junto aos seus estudantes nos diversos espaços do projeto.

Cabe ressaltar que o trabalho deste professor do projeto será o de fazer a manutenção diária dos diversos espaços, além de interagir com os demais

professores no que diz respeito às ações pedagógicas junto as crianças.

Justificativa

Nos tempos atuais é imprescindível que a educação de forma interdisciplinar aborde o meio ambiente para que as crianças conheçam e valorizem as leis da natureza, e acima de tudo aprendam a cuidar dos nossos recursos naturais promovendo o desenvolvimento sustentável.

Portanto, um aprendizado focado na educação sustentável pode formar cidadãos preocupados com os problemas ambientais e com suas devidas soluções. Mas para isso, é preciso difundir a importância da sustentabilidade na escola e como ela interfere na formação dos alunos, seja no ensino infantil ou na universidade.

Na teoria, a educação ambiental ensina como deve ser feita a coleta seletiva, a importância de se preservar a natureza e como utilizar os recursos naturais e minerais de forma responsável. Porém a teoria não basta, é preciso que os estudantes vejam na prática o que aprendem no dia a dia.

A sustentabilidade na escola, então, pode formar cidadãos conscientes sobre os problemas do meio ambiente. Mas para que haja essa formação e ocorra uma mudança real da situação é imprescindível à união do governo, da sociedade e da escola.

Objetivo geral

Preparar espaços de aprendizagens para estimular mudanças de atitudes e a formação de novos hábitos com relação a utilização dos recursos naturais e a sustentabilidade, favorecendo a reflexão sobre a responsabilidade que todos possuímos sobre a preservação do nosso planeta e sobre a harmonia com a natureza.

Objetivos específicos

— Fazer perceber que somos parte de um ecossistema e precisamos cuidar dele, despertando a consciência de todos os envolvidos para a importância da

preservação dos recursos ambientais visando a produção sustentável de alimentos;

- Ensinar o manejo de algumas plantas, principalmente hortaliças e incentivar o consumo das mesmas (com alto valor nutritivo) para os participantes;

- Integrar os variados recursos de aprendizagem à rotina escolar, gerando momentos de observação, pesquisa, reflexão e prática diária de todos os envolvidos;

- Construir mais um espaço para aprendizagens e compartilhamento de experiências onde o professor da Unidade Escolar poderá utilizá-lo como recurso para práticas interdisciplinares de conteúdos;

- Capacitar os alunos para plantar, preservar e recuperar áreas verdes na escola e comunidade;

- Recuperar o terreno circunvizinho à escola para criar um espaço de reflorestamento;

- Levar os alunos à vivência e ao contato direto com o meio ambiente;

- Oportunizar ao aluno a conquista do seu espaço, preservando o meio ambiente onde vivemos;

- Propiciar a construção de um ambiente em que as questões ambientais, especificamente a dos resíduos, sejam debatidas;

- Dar continuidade à campanha de coleta seletiva, selecionando os materiais que são coletados separadamente;

- Incentivar os alunos a produzirem materiais educativos: encartes, cartazes, panfletos etc.;

- Criar e confeccionar objetos diversos como forma de reutilização do lixo (brinquedos de sucata, etc.);

- Através da horta, produzir as hortaliças necessárias para a complementação da merenda escolar e servindo como poderoso instrumento didático;

- Construir a composteira e o minhocário e promover aprendizagens correlatas;

- Despertar nos alunos o interesse e a valorização da horta escolar e através dela, difundir e estimular a cultura de hortaliças na comunidade;

- Levar os alunos a perceberem a horta como um espaço vivo, onde todos os organismos juntos formam uma cadeia, proporcionando uma produção sustentável e fonte de alimentação saudável;

- Proporcionar a descoberta das técnicas de plantio, manejo do solo, cuidado com as plantas assim como técnicas de proteção da estrutura do solo;
- Difundir aprendizagens relativas a criação de alguns animais inerentes a uma vida campesina;
- Utilizar dois tanques ferrocimento para a captação das águas das chuvas que contribuirá para as oficinas que serão desenvolvidas na escola; para a manutenção da horta escolar, do meliponário, do mini-horto, da criação dos animais e; possivelmente, para a criação de peixes que poderão complementar a alimentação escolar.
- Planejar e implementar oficinas diversas sobre aprendizagens voltadas para a realidade do campo, abertas à comunidade local, de forma que a escola possa contribuir para o desenvolvimento econômico-social da região;
- Implementar o meliponário da escola e, futuramente, multiplicar saberes;
- Realizar atividades de campo em busca de saberes para a edificação da identidade da escola e da comunidade;
- Estabelecer parcerias com pessoas ou entidades que possam contribuir com o desenvolvimento da região e com o objetivo da escola;
- Incentivar e promover o trabalho coletivo e a cooperação entre alunos e professores e entre escola e comunidade;
- Conscientizar sobre a importância da água para manter a vida no planeta e economizar e usá-la racionalmente;
- Conscientizar sobre a necessidade de reduzir a poluição do ar, da água, do solo, sonora e visual;

Metodologia

Será reformulada após o retorno presencial total. Contudo sugere-se, inicialmente, uma análise da realidade ambiental da região na qual a escola está inserida feita a partir dos resultados das pesquisas de campo, entrevistas e coletas de dados que precisarão ser realizadas pelos estudantes e professores junto aos moradores da localidade.

Em seguida serão realizadas as atividades propriamente ditas de educação ambiental: manutenção e plantio de hortaliças e outras plantas, manutenção de viveiros e criadouros, participação nas oficinas, palestras e pesquisas de campo, etc. Nestas atividades os estudantes e demais pessoas da comunidade (em momentos diferentes) terão acesso às aprendizagens voltadas à realidade do campo e aos saberes da Educação Ambiental.

A questão do lixo, do desperdício dos recursos naturais, da água, da energia elétrica, dos materiais recicláveis: papel, vidro entre outros, do plantio de hortaliças, da criação de animais etc. Todos esses temas serão abordados em oficinas que serão oferecidas para toda a comunidade escolar.

Paralelamente ao desenvolvimento do projeto, os professores trabalharão o conteúdo, também, em sala de aula, de forma interdisciplinar, percebendo o meio ambiente como um tema transversal que permeia as várias disciplinas. Neste contexto, o professor poderá:

- Implementar atividades de seleção, reciclagem e destino do lixo;
- Indicar ou organizar Palestras;
- Planejar Trilhas ecológicas;
- Apresentar peças teatrais;
- Planejar e/ou organizar pesquisa ou trabalho de campo;
- Incentivar a reciclagem de papel;

Devido à complexidade do projeto, alguns espaços ainda estão em elaboração/planejamento/implantação e manutenção como, por exemplo, o meliponário, a composteira-minhocário, o viveiro de mudas, a agrofloresta, a horta com panc's e ervas medicinais e o mini-horto. Contudo, outros espaços poderão surgir e ser incorporados ao projeto. Devido às inúmeras peculiaridades, a Unidade Escolar necessitará de um professor de área específica para atuar somente nas atividades relacionadas ao mesmo, ou seja, trabalho braçal de manutenção, suporte, orientação e atendimento pedagógico específico.

Diagnóstico dos Espaços da Escola

A escola possui 4 (quatro) espaços específicos para a realização das atividades deste projeto. O primeiro espaço está destinado à agrofloresta, incluindo as PANC's e as medicinais e a composteira. O segundo espaço é o da Sala Aberta (destinado às aulas teóricas). Este espaço possui ainda 2 tanques de ferrocimento para a captação das águas das chuvas com peixes (tilápias), uma cozinha em construção, um pergolado vivo, uma pequena área para plantios diversos e jardins e um minhocário. O terceiro espaço (antigo parquinho desativado) destina-se ao Viveiro Verde, e ao Meliponário. O quarto espaço será destinado à horta tradicional e, se necessário, também às PANC's e às Medicinais. Entretanto, cabe ressaltar, que qualquer espaço da escola poderá ser utilizado dependendo da necessidade verificada.

Espaço 1: Agrofloresta, PANC's e Ervas Medicinais

Com 108 m²(12m X 9m) esta área pode ser irrigada com a água que sai dos tanques dos peixes, ricas em amônia e matéria orgânica decomposta.



Espaço 2: Sala aberta, tanques, cozinha, pergolado, pequenas áreas de plantio e minhocário.

Este espaço possui 260 m²(20m X 13m) incluindo a sala aberta com 45m²(9m X 5m) que possui cobertura e será o local das aulas teóricas e das reuniões.



Espaço 3: Viveiro verde e meliponário

Medindo (17,5m X 6,5m), possui 114 m² e conterà, lado a lado a composteira (encostado na cerca lateral adjacente à horta), o Viveiro de mudas (entre as duas estruturas de ferro do balanço do antigo parquinho) e o meliponário (após o viveiro de mudas).



Em relação a composteira, o material e a forma serão decididos durante as oficinas do projeto. Quanto ao viveiro verde será necessário fazer a cobertura do mesmo soldando varas de ferro nas estruturas existentes (em forma de arco) para prender a cobertura de sombrite.

Para o meliponário será necessário fazer as bases para receber as caixas para as abelhas sem ferrão.

Espaço 4: Horta, PANC's, medicinais e composteira

Com 120 m² (6m X 20m) os detalhes deste espaço serão definidos na parte teórica da oficina.



Cronograma

Os professores terão uma grade horária para atuar toda semana com seus estudantes na manutenção dos canteiros e jardins. Além disso, outras aprendizagens e/ou oficinas organizadas pela equipe gestora ou pedagógica terão seus calendários e horários estabelecidos separadamente e no momento oportuno. O professor específico terá seu cronograma elaborado em momento oportuno.

Pretende-se ainda realizar oficinas direcionadas para a comunidade local, conforme a demanda, o interesse pelo assunto e as parcerias estabelecidas com a Escola.

Avaliação

A avaliação acontecerá ao longo de todo o projeto por meio da observação do desempenho e interesse dos estudantes e demais participantes e, também, no desenvolvimento das atividades, tarefas propostas, produções e relatórios.

PROJETO INTERVENTIVO: RESGATE DAS APRENDIZAGENS

Identificação

O presente Projeto Interventivo vem sendo desenvolvido nesta Unidade Escolar com todos os estudantes. Este PI envolve formação continuada para os professores e o reagrupamento interno e externo para os estudantes. Todos os conteúdos poderão ser trabalhados conforme as necessidades verificadas e o projeto se estenderá por todo o ano letivo.

Introdução

O pouco contato com a leitura, a falta de incentivo familiar, e as dificuldades de aprendizagem, são fatores que tornam de suma importância o desenvolvimento de uma intervenção pedagógica na escola. Trabalhar a leitura e a escrita utilizando meios diferenciados na escola é uma forma de promover a aprendizagem e transformar os estudantes em sujeitos conscientes, questionadores e transformadores do mundo em que vivem.

O Projeto Interventivo no processo de alfabetização é uma ferramenta importantíssima para otimizar o aprendizado em sala de aula. Além disso, com as atividades de intervenção pedagógica o estudante aprende de uma forma muito mais lúdica e descontraída, por meio de atividades criativas que torna o aprendizado muito mais eficiente e proveitoso.

Justificativa

Ainda percebemos reflexos do período da pandemia nas aprendizagens dos nossos estudantes. Por essa razão, o trabalho envolvendo intervenções pedagógicas faz-se necessário para auxiliar esse processo de aprendizagem.

Com este projeto pretende-se criar situações no ambiente escolar para que desperte nos educandos o interesse pelas atividades propostas e ao mesmo tempo eleve a autoestima e a criatividade por meio do trabalho que será desenvolvido.

Objetivo geral

Diminuir as defasagens de aprendizagem e contribuir para o processo de alfabetização e letramento, favorecendo um trabalho de recuperação amplo e contínuo aos estudantes.

Objetivos específicos

- Criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para a vida em sociedade;
- Oportunizar a melhoria do nível de leitura e escrita dos alunos envolvidos;

Estratégias

- Atendimento individualizado uma duas vezes por semana;
- Utilização de banco de atividades xerocopiadas adequadas a cada nível e prioridade do estudante;
- Jogos diversos (dominó silábico, alfabeto móvel, alfabeto vivo; bingo, alfabeto recortado, jogo da memória, dentre outros);
- Utilização de livros paradidáticos;
- Caixa de texto.

Avaliação

A avaliação ocorre de maneira contínua por meio de diálogos mantidos entre os colaboradores, coordenação pedagógica e os professores. Nestes diálogos, elenca-se e discute-se os avanços percebidos, bem como os pontos positivos e negativos.

Essas trocas se dão tanto de forma individual como coletiva. Também serão aplicadas atividades avaliativas diversificadas visando acompanhar os estudantes em diferentes momentos.

PROJETO PROMOVENDO A CULTURA DA PAZ

Introdução

Todos nós queremos alcançar a paz. Desejamos ter paz interna, interpessoal, no trabalho, em nossas famílias e comunidades. Para que isso aconteça, a paz precisa se tornar mais do que uma palavra é necessário torna-se um hábito. Esse projeto visa motivar as futuras gerações a construir um mundo mais solidário e sustentável, onde encontraremos respeito, segurança e dignidade para todos.

Justificativa

Nota-se que cada vez mais os alunos demonstram comportamentos e atitudes agressivas ferindo tanto a integridade física, quanto psicológica de colegas e professores. Por esse motivo, faz-se necessário uma investigação mais consistente das causas dessa violência, bem como, as possíveis alternativas para compreender e modificar essa situação no mundo moderno.

É importante trabalhar a agressividade e a violência na escola, para que todos possam compreender a origem desse comportamento agressivo, onde ocorrem e se acontecem com frequência e, a partir disso, buscar mecanismos para prevenção e combate à violência.

Objetivo Geral

Desenvolver ações que construam a cultura de paz na escola e criar, possíveis soluções para problemáticas que levam a atitudes violentas por parte de crianças e adolescentes dentro do ambiente escolar.

Objetivos Específicos

Refletir sobre as causas da violência na escola.

Proporcionar atividades pedagógicas sistemáticas que desenvolvam a socialização.

Desenvolver no âmbito escolar a solidariedade, nas formas simples do diálogo, visando a paz.

Envolver toda a escola na conscientização da importância da construção de um ambiente que promova a paz.

Mediar conflitos no ambiente escolar.

Público Alvo

Este projeto abrangerá alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Escola Classe Aguilhada regularmente matriculados, podendo se estender também aos seus familiares e todos os envolvidos no projeto.

Recursos

Leitura de textos sobre o assunto, histórias em quadrinhos, Data show, TV, Livros, revistas e filmes que trabalham a temática abordada.

Estrutura de Apoio

A execução do projeto terá a colaboração da orientadora educacional em parceria com os professores e demais membros da equipe pedagógica.

Desenvolvimento

A cultura de paz diz respeito a uma visão de mundo que privilegia o diálogo e a mediação para resolver conflitos, abandonando ações e atitudes violentas e respeitando a diversidade dos modos de pensar e agir.

O ambiente escolar é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, o convívio entre a diversidade proporciona a construção coletiva de diretrizes elementares para a cultura de paz. Cabe ressaltar que essas aprendizagens se dão em contextos formais e não formais de aprendizagens, desse modo, é preciso respeitar e valorizar a contribuição de todos os atores sociais.

Avaliação

A avaliação ocorrerá durante todo o processo, através de acompanhamentos sistemáticos dos discentes, seja pelo desempenho nas produções de debates, cartazes, textos e produções artísticas e peças teatrais.

PROGRAMA SUPERAÇÃO: ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE IDADE/ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Programa Superação objetiva contribuir para a recuperação e a progressão das aprendizagens, possibilitando aos estudantes a reconstrução das suas trajetórias escolares.

Atualmente a escola possui somente três estudantes na situação de incompatibilidade idade/ano, incluídos em classe comum, com atendimento personalizado. Neste contexto, estamos conversando com a Regional de Ensino para obter melhores informações de como proceder em relação às atividades práticas com os estudantes.

